

Bolsonarismo de raiz sofre derrota

Câmara mantém

deputado golpista

preso por 364x130

Michel Jesus - Câmara dos Deputados



Ameaçou fisicamente ministros do STF, além de pedir volta do AI-5

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta sexta-feira (19), por 364 votos a favor, 130 contrários e 3 ausências, a manutenção da prisão, aprovada de forma unânime pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), na última quarta-feira (17), que criminosamente afrontou a Corte e seus ministros, desrespeitou o Estado Democrático de Direito, pediu o retorno do AI-5 (Ato Institucional 5) e incitou abertamente a violência contra os integrantes do Supremo. **Página 3**

I
REAL
BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira



Ildo: Preços do combustíveis vão se agravar com a venda de refinaria

O professor Ildo Sauer, pesquisador do IEE da USP, afirmou, em entrevista ao HP, que o Brasil não deveria basear o transporte urbano – e muito menos o de carga, no diesel ou na gasolina. Para ele, Bolsonaro mantém a política de preços que levou ao caos de 2018 ao mesmo tempo que acena “para os grupos afetados por essa mesma política”. **P. 2**

“Atraso na vacinação foi opção direta de Bolsonaro”, diz Dino

Reprodução

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), defendeu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional para investigar a atuação caótica e irresponsável do governo federal na pandemia. O governador alertou que a investigação não pode buscar apenas os erros de Eduardo Pazuello, ministro da Saúde, porque isso pode acabar por aliviar “opções erradas que estão em um nível mais alto de governo. Mesmo o atraso na vacinação nós sabemos que teve uma opção direta do presidente da República”, disse. **Página 3**

Para entidades estudantis, as desigualdades crescem sem volta às aulas

Desde o dia 8 de fevereiro, o Estado de São Paulo realiza a reabertura das escolas para aulas presenciais. A medida é apoiada pelas entidades estudantis secundaristas UBES, UPES e UMES-SP, que denunciam o severo prejuízo causado aos jovens nos mais de 10 meses de escolas fechadas. Por falta de internet ou equipamento, “milhares de estudantes acabaram ficando sem acesso às aulas” remotas, apontam as entidades. **Pág. 4**

Em vez de vacina, governo federal licita compra de mais cloroquina

Enquanto faz o que pode para entrar a compra de vacinas e a vacinação, o governo Bolsonaro lançou novo edital para a compra de cloroquina, remédio para malária inútil no combate à Covid-19. **Pág. 3**



AFP

Bia Kicis se aliou a bandido que atacou Supremo

Deputada, que disputa a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, rasgou a Constituição que o órgão tem a obrigação de defender ao votar no deputado miliciano Daniel Silveira. O filho abestado do “mito” também apoiou o criminoso, agressor do Supremo Tribunal Federal. **Página 3**



Novo presidente da Petrobrás diz que vai manter a nefasta política de preço do governo

Joaquim Silva e Luna, que acaba de ser indicado por Jair Bolsonaro para substituir Roberto Castello Branco na presidência da Petrobrás, afirmou a interlocutores neste sábado (20), segundo a CNN, que não pretende mudar a política de preços da estatal. Isso significa que ele vai manter os preços internos dos combustíveis atrelados aos preços internacionais do barril de petróleo e à variação da moeda norte-americana. **Pág. 2**

China supera EUA na parceria comercial com Europa

Pág. 6

Auxílio: governo chantageia o Congresso com mais arrocho

O texto original da “PEC Emergencial”, por exemplo, corta salário e reduz jornada de trabalho dos servidores públicos

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) anunciou, na última quinta-feira (18), que o Senado deve votar a chamada “PEC Emergencial” (186/19) nesta semana. Relatada pelo senador Marcio Bittar (MDB-AC), o texto prevê medidas para o controle do crescimento de despesas obrigatórias e para o reequilíbrio fiscal. Segundo Pacheco, a medida deve auxiliar na renovação do auxílio emergencial pago a pessoas vulneráveis durante a pandemia de coronavírus.

É isto, o governo topa renovar o auxílio emergencial. Mas impôs ao Congresso, para isso, a aprovação das PEC do “Plano Mais Brasil”, que estão em discussão no Senado Federal. O acordo para votar as propostas envolveu os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, além da presidente da CMO (Comissão Mista de Orçamento), deputada Flávia Arruda (PL-DF), e o ministro da Economia, Paulo Guedes. A votação das propostas também tem o aval do relator do Orçamento, senador Marcio Bittar, que também relata as proposições em questão.

“Ficou ajustado que, dentre muitos [projetos] que vamos pautar na semana que vem, será pautada a ‘PEC Emergencial’”. O parecer será apresentado pelo senador Marcio Bittar até segunda-feira (22). A aprovação pelo Senado permitirá, através de uma cláusula de orçamento de guerra, uma cláusula de calamidade, que se possa ter a brecha necessária para implantar o auxílio emergencial”, disse Pacheco.

Conteúdo da PEC 186

Em síntese, a PEC 186, que o governo a encaminhou para discussão ao Congresso, o Planalto pode:

1) reduzir o salário do servidor em até 25%, com redução proporcional de jornada; 2) vetar a progressão e a promoção funcionais de carreira; 3) impedir concessão de reajustes, criação de cargos, reestruturação de carreiras, realização de concursos públicos e a criação de verbas indenizatórias; e 4) proibir o aumento real para o salário mínimo.

“PEC recauchutada”

Ainda na última quinta, durante uma entrevista coletiva virtual, o líder da Minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), disse que o Poder Executivo deve sugerir mudanças na “PEC Emergencial” e na PEC do Pacto Federativo. De acordo com Prates, o novo texto deve evitar pontos considerados polêmicos, como a possibilidade de redução de salário para servidores públicos.

Segundo o parlamentar, a “PEC recauchutada” deve manter dispositivos para acionamento da regra de ouro”, normas para sustentabilidade da dívida pública e ressalvas que assegurem o equilíbrio fiscal “intergeracional”. Ainda de acordo com Prates, a aprovação da matéria seria “condição” para a renovação do auxílio emergencial. Ele disse que a Minoria vai insistir na manutenção de um benefício de R\$ 600. O governo acena com benefício entre R\$ 250 e R\$ 300, por período de entre 3 e 4 meses.

Apenas R\$ 250 ou R\$ 300 não dá

A oposição, os movimentos sociais e sindical defendem valor de R\$ 600. Importante salientar que a economia não desmoronou desde o início da pandemia, em 2020, em razão do auxílio emergencial. Sem esse, ou com ajuda de apenas R\$ 300, a tendência é a derrocada

econômica geral.

Com o auxílio de R\$ 600, apesar de a economia não ter desmoronado, a situação ficou tenebrosa ou quase isso. Desse modo, com R\$ 250 ou R\$ 300, e mesmo assim, somente com uma parte do pessoal recebendo o auxílio, isto é, com uma parte grande do pessoal que recebeu o primeiro auxílio, agora sem receber, a situação vai continuar ainda muito difícil.

PEC do Pacto Federativo

Outra proposta do “Plano Mais Brasil” que o Senado pode votar, em 1º turno, nesta semana que se inicia, é a PEC 188/19, cujo relator é também Marcio Bittar. A proposta é uma reprodução da PEC 186, com acréscimos.

Sinteticamente, a PEC 188, que remodela para pior o Pacto Federativo, é a mais abrangente das propostas, e está classificada em cinco eixos:

1) Fiscal – cria o Conselho Fiscal da República; 2) Transferência de receitas aos entes Federados – compartilhamento de royalties e participações especiais com entes subnacionais (estados e municípios) e proíbe que a União possa socorrer entes em dificuldades fiscais a partir de 2026; 3) Desobrigação, Desindexação e Desvinculação (DDD) – desindexa despesas obrigatórias (deixa de reajustar) em caso de emergência fiscal; 4) Pacto Federativo – prevê a extinção de municípios que tenham menos de 5 mil habitantes e possuam arrecadação própria inferior a 10% da receita total; e 5) Plano Emergencial – reprodução da PEC 186.

Sustentação e não subtração

Em junho passado, o secretário executivo do Unacon (Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle), Bráulio Santiago Cerqueira, escreveu artigo para o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), em que criticou corte de salário como solução de crise fiscal.

“Cortar salários dos servidores públicos atua na direção contrária ao requerido pela atividade econômica nesse momento: dificulta o pagamento de dívidas e despesas fixas das famílias, reduz o consumo, prejudica vendas e negócios”, escreveu Cerqueira. “O que a economia em retração precisa é de sustentação, e não subtração, do poder de compra das famílias”, ponderou. “Não é o corte de salários de servidores públicos que promoverá justiça distributiva, mas a reforma tributária solidária deslocando a tributação do consumo, dos mais pobres, para a renda e riqueza dos mais ricos”, acrescentou.

Tramitação

Ambas as propostas ainda estão no âmbito da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), que aprova ou não, no caso do Senado, tanto a constitucionalidade quanto o mérito de PEC (Proposta de Emenda à Constituição). Se houver amplo acordo entre todos os líderes da Casa, os textos poderão ser levados direto ao plenário para discussão e votação em 1º turno.

Nota (*) Dispositivos constitucionais que impedem que a União se endivida para pagar despesas primárias – conhecidas como despesa não-financeira, correspondente ao conjunto de gastos que possibilita a oferta de serviços públicos à sociedade, deduzidas às despesas financeiras. São exemplos os gastos com pessoal, custeio e investimento. Pode ser de natureza obrigatória ou discricionária.



Foto: HP

Ildo Sauer, pesquisador do IEE-USP: alta de preços do diesel e da gasolina vai se agravar com a venda das refinarias

O professor Ildo Sauer, pesquisador do Instituto de Energia e Ambiente da USP, afirmou, em entrevista ao HP, que o Brasil não deveria basear o transporte urbano – e muito menos o de carga, no diesel ou na gasolina. “Nós sabemos que o Brasil ao longo da sua história construiu uma matriz energética de transporte dependente do diesel para o transporte urbano, de passageiros, de pessoas. Não há transporte público de metrô e outros da mais alta qualidade, especialmente a carga rodoviária”, disse o professor.

“O Brasil depende disso, ao invés de ter ferrovias para cargas de elevado peso e de longa distância, ao contrário de outros países como os da América do Norte, especialmente Estados Unidos e Canadá, a Europa e mesmo na Ásia”, acrescentou.

“Por isso, há uma pressão política na questão dos preços, todos se lembram dos episódios recentes, da greve dos caminhoneiros, que aliás esteve na base de um dos impulsos que levaram o atual governo ao poder, e o governo agora está de um lado acendendo a vela à sua lealdade histórica ao neoliberalismo, de praticar os preços internacionais para aumentar, como manda a lei, mas para aumentar os lucros dos acionistas, lembrando que 33% da Petrobrás são vendidos na bolsa de Nova Iorque e, de outro, acenando para os grupos afetados por essa mesma política”, argumentou.

O especialista em energia destacou que Bolsonaro está fazendo demagogia ao manter a política de preços que levou ao caos de 2018 e, ao mesmo tempo, dando acenos “aos grupos de interesses que querem preços mais baixos, como agora os caminhoneiros, e como também historicamente têm crescido os consumidores residenciais de GLP (gás de cozinha)”. “Esta equação está sendo desequilibrada. De um lado o discurso para esses grupos e interesses e de outro lado a prática da lealdade com os acionistas”, apontou Sauer.

O professor da USP explicou que, hoje, em torno da metade do preço final dos combustíveis é o preço na refinaria ou na entrada do ponto de importação. A outra metade é composta pelos impostos federais, estaduais, mistura do etanol, do biodiesel e as margens de distribuição e revenda.

Como é a Petrobrás que define os preços na refinaria, explica ele, há o custo político da decisão, que Bolsonaro está querendo jogar para os Estados na questão do ICMS.

Ildo destaca que a privatização das refinarias, além dos prejuízos econômicos que causará ao país, é também uma forma do governo se descomprometer com a sociedade, já que quem vai definir livremente os preços serão os grupos econômicos estrangeiros que vão adquirir as refinarias da Petrobrás.

Recentemente, o governo anunciou a entrega da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) na Bahia para um fundo árabe, uma das oito refinarias que Bolsonaro pretende privatizar.

Veja matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/alta-de-precos-dodiesel-e-gasolina-vai-se-agravar-com-vendas-das-refinarias-diz-sauer/>



Foto: Marcos Corrêa/PR

Bolsonaro e Guedes querem impor mais sacrifícios a estados e municípios

Novo presidente da Petrobrás diz que manterá a nefasta política de preços

Joaquim Silva e Luna, que acaba de ser indicado por Jair Bolsonaro para substituir Roberto Castello Branco na presidência da Petrobrás, afirmou a interlocutores neste sábado (20), segundo a CNN, que não pretende mudar a política de preços da estatal. Isso significa que ele vai manter os preços internos dos combustíveis atrelados aos preços internacionais do barril de petróleo e à variação da moeda norte-americana. Esse atrelamento beneficia apenas as trades importadoras de derivados e os acionistas estrangeiros da Petrobrás e é responsável pelas altas frequentes nos preços dos combustíveis no Brasil.

A afirmação do novo presidente da estatal escancara a demagogia que Bolsonaro está tentando fazer com o país e com os caminhoneiros ao anunciar mudanças de cargos sem mudar sua nefasta política de preços. Os caminhoneiros estão fúria com a vida com os recentes e frequente aumentos do diesel. Eles até chegaram a preparar uma nova greve, mas, resolveram esperar para ver em que direção as coisas iriam andar. Só nos primeiros dois meses deste ano o diesel já acumula alta de 27,72%.

Só nos primeiros dois meses deste ano o diesel já acumula alta de 27,72%

Pressionado pela fúria dos caminhoneiros, Bolsonaro tentou tirar o corpo fora e jogar a culpa pelos aumentos dos combustíveis nos governadores. Disse que a causa da elevação dos preços era a cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) pelos estados. Era mentira. A cortina de fumaça foi desfeita e ele foi desmascarado. O presidente do Conselho de Secretários Estaduais de Fazenda, Rafael Fonteles, deixou claro em nota publicada para rebater as posições do Planalto, que há anos não há alteração nesses impostos e, no entanto, “a gasolina passou de R\$ 3 para mais de R\$ 5 em alguns casos”.

“Não houve nenhuma alteração tributária, nem da parte dos Estados e nem da parte da União, que tem cinco tributos que incidem sobre o preço dos combustíveis, nesses últimos anos que justificassem essa volatilidade do preço”, destacou Fonteles. Quem decide os aumentos dos preços a serem cobrados nas refinarias é a direção da Petrobrás, com o aval do governo. Com a forte alta no preço do barril de petróleo nas praças financeiras, os preços aqui no Brasil não param de subir. Não tem nada a ver com o ICMS

A Refinaria Landulpho Alves (RLAM) foi a primeira do país a ser vendida. Ela foi criada em setembro de 1950. A rodada final do processo de venda foi concluída na segunda-feira (8), e a Mubadala Capital, fundo de investimentos, venceu a disputa por US\$ 1,65 bilhão. Segundo os representantes dos petroleiros, esse valor representa metade do que vale a refinaria.

Segundo Ildo Sauer, os preços serão definidos pelas próprias refinarias que passarão a ser propriedade de grupos estrangeiros e estarão livres de qualquer controle. Já não será nem a Petrobrás que definirá os preços dos combustíveis, mas sim as multinacionais e os especuladores.

Mesmo a tentativa irresponsável de pressionar os governadores a abrirem mão de suas receitas, que são destinadas à saúde, à educação, ao saneamento básico, etc, para promover



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

uma redução momentânea e também fugaz dos preços do diesel, através da redução do ICMS, não resolverá o problema.

A parte que fica com a Petrobrás do total do preço do diesel corresponde a 49%. O ICMS corresponde a 14% do preço final do produto. Da mesma forma que a redução do PIS e Cofins afetará o Tesouro Nacional, já cambaleado, a redução do ICMS apenas vai sangrar os cofres públicos dos estados e municípios, igualmente em estado de lamúria, e não terá nenhum efeito duradouro nos preços dos combustíveis.

A insistência por parte de Bolsonaro em favorecer importadores e acionistas estrangeiros da Petrobrás, em detrimento da economia, dos caminhoneiros e da produção nacional, acabará reproduzindo agora, no meio da pandemia, o caos que ocorreu em 2018, durante o governo interino de Michel Temer.

Caos de 2018 estará de volta com alta do petróleo

A explosão de preços dos combustíveis provocou um desastre nos transportes do país. A alta nos preços praticados no país naquela época, desde que a estatal voltou a atrelar os preços ao mercado internacional – o que se repete, agora, frente à forte alta do barril de petróleo no mercado internacional – levou à greve nacional dos caminhoneiros. Atualmente, o preço do barril voltou a custar US\$ 60 por barril – chegou perto de US\$ 40 o barril em 2020 – após a derrocada provocada pela pandemia do coronavírus.

Além da demagogia com a sociedade e da tentativa de enrolar os caminhoneiros, anunciando mudanças de cargos sem alterar a política de preços da Petrobrás, Bolsonaro está querendo também usar a estatal para negociar cargos e acomodar indicados de “aliados” que votaram em seu candidato a presidente da Câmara.

Veja matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/bolsonaro-e-guedes-chantageiam-congresso-com-novo-arrocho-para-continuidade-do-auxilio-emergencial/>

Não tem nada a ver com o ICMS

Não passou, portanto, de enrolação de Bolsonaro a mudança na direção da Petrobrás, anunciada nesta sexta-feira (19). A causa de toda a polêmica sobre os pre-

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

HP

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.dfi@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Reprodução/CNN

“Atraso na vacinação foi opção direta do presidente da República”, afirma Dino

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), defendeu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional para investigar a atuação caótica e irresponsável do governo federal na pandemia, principalmente no caso das mortes por asfixia, pela falta de oxigênio nos hospitais de Manaus (AM).

Segundo o governador, permanecem “muitas críticas e alguns pontos de questionamento” do enfrentamento do governo federal ao coronavírus, o que justifica a abertura de uma CPI.

“Eu defendo que haja uma CPI, acho absolutamente necessário, em nome da transparência sobre todos os atos. Nós estamos em um quadro gravíssimo, dramático, em vários estados”, disse o governador em entrevista à CNN.

“Creio que um inquérito parlamentar é muito bem-vindo”, enfatizou.

O governador alertou que a investigação não pode buscar apenas os erros de Eduardo Pazuello, ministro da Saúde, porque isso pode acabar por aliviar “opções erradas que estão em um nível mais alto de governo. Mesmo o atraso na vacinação nós sabemos que teve uma opção direta do presidente da República”.

“Onde temos margem de diálogo e de atuação conjunta, fazemos, e temos feito desde o ano passado. Agora, não podemos abrir mão das apurações quanto às irresponsabilidades de vários agentes públicos que nos conduziram, infelizmente, a esse mau combate do coronavírus no nosso país”, continuou.

GOVERNADORES

O governador maranhense avaliou como positiva a cobrança dos governadores na reunião realizada esta semana com o ministro Eduardo Pazuello.

Na avaliação de Flávio Dino, diante das pressões dos executivos estaduais, foi importante o Ministério da Saúde ter apresentado um cronograma nacional de vacinação. “É um passo positivo que serve de uma referência de cobrança e de planejamento”, frisou.

“Antes havia trevas absolutas, hoje nós temos uma referência pelo menos para cobrar e nos planejar”, comentou o governador.

“Vamos, agora, acompanhar para que haja a execução desse plano nacional que é essencial para o nosso país”, disse Dino depois da reunião.

“Nós seremos os primeiros a afirmar caso já nas próximas semanas não haja a confirmação dessa entrega prevista para o mês de fevereiro. Se houver as entregas, creio que teremos um plano nacional de imunização que possa ser levado como algo sério, realmente organizado”, estimou o governador do Maranhão.

O governador informou que representantes do Instituto Butantan e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) participaram da reunião e referendaram os números apresentados por Pazuello sobre a entrega das vacinas.

“Agora temos um compromisso do Ministério da Saúde, que foi validado pelo Butantan e pela Fiocruz, no sentido de haver o fornecimento das doses de vacina até o final do ano, 454 milhões de doses abrangendo também outros fornecedores”, celebrou Dino.

Para ele, o país precisa correr atrás de outras vacinas que não as desenvolvidas pelos dois institutos, mas deve se basear nelas para ter “soberania vacinal e autonomia científica e tecnológica sobre as vacinas”.

O governador disse que apoia a medida aprovada pelo Congresso Nacional, para aprovar automaticamente o uso emergencial de imunizantes chancelados por agências reguladoras de outros países, como os da União Europeia e dos Estados Unidos.

“Se você tem agências reguladoras de outros países que estão confirmando a segurança dessas vacinas e elas estão sendo aplicadas, nós não podemos nos aplicar a certos rigores, supostamente formais, que acabem embarcando a execução do principal, que é a vacinação, claro que com eficácia e segurança”, opinou Flávio Dino, numa crítica à atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

PEDRO BIANCO

Câmara referenda a prisão de deputado golpista por 364 a 130



Maryanna Oliveira/Câmara

Daniel Silveira foi preso por atacar, xingar e ameaçar ministros do STF de morte Bolsonarista Bia Kicis se aliou a bandido que atacou o Supremo

Deputada, que disputa a presidência da CCJ da Câmara, rasgou a Constituição que o órgão tem a obrigação de defender ao votar no deputado miliciano

Os deputados federais aprovaram na sexta-feira (19), por 364 a 130 votos, a manutenção da prisão do deputado bolsonarista, Daniel Silveira, decretada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), confirmada por unanimidade pelo plenário da Corte.

Ele havia sido preso em flagrante dois dias antes ameaçando membros do STF, afrontando a Constituição da República e defendendo um golpe de Estado com a volta do AI-5, instrumento de repressão da ditadura de 64 que fechou o Congresso, cassou deputados e perseguiu e matou opositores.

Entre os parlamentares que defenderam que o deputado miliciano deveria ser solto para continuar ameaçando os ministros e defendendo o golpe e a prisão de juizes e parlamentares uma chamou a atenção. A deputada bolsonarista Bia Kicis, do PSL de Brasília, é conhecida pelo fanatismo, pela violência, por apoiar tudo que Bolsonaro faz e pela ignorância política.

Ela está simplesmente pleiteando a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. A CCJ é o órgão responsável pelo controle da constitucionalidade e legalidade de projetos de lei discutidos na casa. O presidente da comissão deve ser um defensor ferrenho da Constituição e deve estar também em permanente contato com os ministros do Supremo para troca de impressões.

A deputada bolsonarista já tinha poucas chances de ocupar o cargo, já que ela também é defensora de asnes como a intervenção das Forças Armadas e o fechamento do STF e

Governo Bolsonaro despreza vacinas e faz licitação para comprar mais cloroquina

O governo Bolsonaro mostrou, novamente, sua rejeição pela ciência e lançou novo edital para compra de comprimidos de cloroquina, medicamento que não possui eficácia contra o coronavírus.

O edital segue o modelo de contratação direta com a dispensa de processo licitatório. As ofertas podem ser enviadas até o próximo dia 26.

A aquisição do remédio, defendido por Bolsonaro como “tratamento precoce” para a Covid-19 aconteceu num momento em que o Brasil sofre com a escassez de doses de vacinas, ocorrida pela sabotagem bolsonarista ao Plano Nacional de Imunização (PNI).

Desde o início da pandemia, o Ministério da Saúde já distribuiu cerca de 5 milhões de comprimidos de cloroquina à população. Sendo 3 milhões produzidas pelo Laboratório

Químico do Exército e 2 milhões que foram desovados aqui pelo governo dos EUA (durante a gestão Trump).

A União já gastou ao menos R\$ 90 milhões com a aquisição de compostos ineficazes para conter a Covid-19. Além da cloroquina, itens como a ivermectina, azitromicina e o tamiflu compõem a lista.

Um levantamento realizado no final do ano passado indicou que os comprimidos comprados de cloroquina encaixados em estados e municípios poderiam abastecer algumas cidades por até 100 anos se fossem destinados ao seu verdadeiro fim, o tratamento de malária.

E A VACINA? O deputado federal Marcelo Freixo (Psol-RJ) teceu duras críticas ao ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Os questionamentos ocorrem sobretudo por conta dos problemas que algumas localida-

des brasileiras enfrentam para vacinar suas populações. O Rio de Janeiro, por exemplo, precisou interromper a campanha de imunização por falta de doses.

“As vacinas estão acabando e o que faz Pazuello? Abre chamado público para comprar mais cloroquina. Já acionei o MPF para que o ministro responda por crimes contra a saúde pública”, disparou.

Nesta semana, após pressão de governadores por mais doses, Pazuello disse que serão repassadas 230,7 milhões de unidades até julho. O plano apresentado de forma vaga pelo ministro bolsonarista, conta com vacinas que não foram sequer contratadas pelo governo federal. Dentre elas a Sputnik V, que a Anvisa, dirigida pelo bolsonarista Barra Torres, tenta retardar a aprovação.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

S. C.

Foi uma Frente ampla em defesa da democracia e das instituições republicanas. Silveira, em sua defesa, afinou — coisa típica de fascista quando está em desvantagem

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta sexta-feira (19), por **364 votos a favor, 130 contrários e 3 abstenções**, a manutenção da prisão, aprovada de forma unânime pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), na última quarta-feira (17), que criminosamente afrontou a Corte e seus ministros, desrespeitou o Estado Democrático de Direito, pediu o retorno do AI-5 (Ato Institucional 5) e incitou abertamente a violência contra os integrantes do Supremo.

A sessão foi bastante representativa. Apenas 16 deputados faltaram.

A relatora, deputada Magda Mofatto (PL-GO) — ao proferir o voto pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) —, recomendou, **em seu parecer**, a manutenção da prisão, considerando “gravíssimas” as acusações imputadas ao parlamentar, cujas falas teve a intenção de “intimidar os ministros do Supremo Tribunal Federal e de criar animosidade entre a Corte e as Forças Armadas”.

Em sua defesa, o deputado bolsonarista “pediu desculpas” pelo vídeo publicado, lançou mão da opinião de juristas contrários à prisão por conta da inviolabilidade parlamentar e fez críticas ao fato de o vídeo ter sido considerado um flagrante de delito. Lamentos de crocodilo. Poucos acreditaram na “sinceridade” do miliciano.

O processo foi relativamente rápido. Em pouco mais de três horas, entre a leitura do parecer pela manutenção da prisão, a defesa do deputado, o encaminhamento do voto pelos líderes e o voto de cada deputado foi dado um recado contundente — a imunidade parlamentar não é um salvo-conduto para o congressista assacar contra as instituições da democracia, como corriqueira e usualmente os seguidores de Bolsonaro têm feito.

ENCAMINHAMENTO
Ao encaminhar o voto da bancada do PCdoB (ver [PCdoB apresenta declaração de voto para manter prisão de deputado](#)), o líder, deputado Renildo Calheiros (PE), afirmou que os atos praticados pelo deputado Daniel Silveira não podem ser cobertos pela imunidade parlamentar ou pela liberdade de expressão.

Calheiros afirmou que o PCdoB defende as imunidades parlamentares, a separação dos poderes e a liberdade de opinião. “Esses institutos não podem ser usados para desconstituir, pelos atos praticados pelo deputado, a democracia”.

Uma das falas mais esclarecedoras na sessão que manteve a prisão de Silveira foi a do deputado Fábio Trad (PSD-MS), que ao encaminhar o voto, disse: “liberdade de expressão não se confunde com permissividade para praticar o crime de extermínio da própria liberdade”.

“Isso foi o que o deputado pregou e praticou no seu pronunciamento. Liberdade de expressão tem limite, o direito à vida tem limites, tanto que a legítima defesa e o estado de necessidade excluem o caráter ilícito da conduta quando configurados os seus requisitos”, acrescentou.

“Porque a palavra é uma decisão. Dizer é um ato decisório, e a palavra no Parlamento é um ato preordenado, pensado, ainda que impulsivo, e não pode ser salvo conduto para desfiar um rosário de práticas delitivas, crimes que trafegaram por todas as avenidas, por todas as vielas do Código Penal e de leis esparsas”, finalizou.

BOLSONARO
As práticas e falas do deputado que causou toda essa confusão são as mesmas que levaram Bolsonaro à Presidência da República em 2018. São, também, as práticas e falas da militância bolsonarista nas redes e nas ruas. O resultado foi uma derrota contundente ao bolsonarismo de raiz, como é conhecido, que desde a eleição de Bolsonaro violenta, com frequência, a democracia, o Estado Democrático de Direito e as instituições republicanas.

Ao se pronunciar favorável ao parecer da deputada Magda Mofatto, Alice Portugal (PCdoB-BA) disse que existe uma ação articulada, com ameaças reiteradas a ministros do Supremo, que entristecem e amedrontam a população. “Será que o ato é um

teste para a nova Mesa Diretora e o Plenário?”, indagou.

PARTIDOS

Apenas quatro partidos encaminharam voto contra o parecer favorável da relatora: Novo, PSC, PSL e PTB. Não funcionaram as ameaças proferidas pelo pastor Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus, na quinta-feira (18), a deputados que votassem a favor da manutenção da prisão do deputado bolsonarista.

“Alerta à Frente Parlamentar Evangélica! Deputado evangélico que votar em favor dessa aberração jurídica de manter um deputado preso por suas falas, vou denunciar aos evangélicos, para nunca mais ser votado por nós. O que está em jogo é o Estado Democrático de Direito. Absurdo”, disse, no Twitter. A maioria dos deputados evangélicos preferiu não seguir a pregação do controvertido Malafaia.

Encaminharam a favor do parecer, portanto, pela manutenção da prisão do deputado, 17 partidos: PT, PL, PP, PSD, MDB, PSDB, Republicanos, DEM, PSB, PDT, Solidariedade, PSol, Avante, Cidadania, PCdoB, PV e Rede.

Liberram as bancadas: Pros, Pode e Patriota.

QUORUM

O resultado foi inequívoco. Para ratificar a decisão do Supremo, eram necessários, pelo menos, 257 votos favoráveis (maioria absoluta) ao parecer da relatora pela CCJ, deputada Magda Mofatto. O quórum foi ultrapassado em 107 votos.

A Constituição estabelece que deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por opiniões, palavras e votos e não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.

“DESCULPAS”

Na sessão, houve dois momentos prosaicos e irônicos. O primeiro foi o deputado Daniel Silveira, conhecido por suas atitudes e falas virulentas, como as que proferiu contra o STF e seus ministros, pedindo “desculpas” aos deputados e ao povo brasileiro. “Afinou” e não sustentou o que disse no vídeo ameaçador. Coisa típica de fascista quando está em desvantagem.

O outro foi o fato de o presidente da Casa não ter permitido o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), que ia fazer fala a favor da manutenção da prisão e na última hora mudou de posição. Como havia uma lista de deputados que fariam, alternadamente, a favor e contra o relatório, Kataguiri teve a fala cortada para não desequilibrar a ordem das intervenções.

Por fim, registre-se o voto, contra a prisão, dado pela deputada Bia Kicis (PSL-DF), que pleiteia a presidência da CCJ. E, pode-se dizer, irônico, pois trata-se da comissão que dialoga sistematicamente com o STF e tem entre suas atribuições precípuas os aspectos constitucional, legal e jurídico das proposições da Casa.

Mais uma vez, a bolsonarista convicta afrontou a suprema Corte, o que, certamente, vai ser levado em conta em sua pretensão, no mínimo, cínica, de presidir a comissão encarregada de zelar pelo cumprimento da Constituição e das leis do país.

ENTENDA O PROCESSO DE CASSAÇÃO

Agora, o processo aberto pela Mesa Diretora contra o deputado no Conselho de Ética, que tem reunião na próxima terça (23), vai ser analisado pelo colegiado. Desse modo, em cinco passos, entenda como vai ser o processo contra o deputado Daniel Silveira:

1) presidente instaura processo e designa relator. Como a representação foi elaborada pela Mesa Diretora, não pode ser arquivada, preliminarmente, se for considerada inepta ou sem justa causa;

2) relator notifica acusado a apresentar defesa por escrito, que tem prazo de 10 dias úteis para fazê-lo; acusado pode apresentar até 8 testemunhas;

3) apresentada defesa, relator procederá instrução no prazo improrrogável de até 40 dias úteis, tendo mais 10 dias úteis para apresentar parecer; e

4) ao final da investigação, Conselho aprova parecer, contra ou a favor de sanção.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br.

MARCOS VERLAINE

MPF investiga Pazuello e suas ações criminosas na pandemia

A Procuradoria da República do Distrito Federal (PR-DF) abriu um inquérito civil para investigar as omissões do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, durante a crise da Covid-19, que caracterizam improbidade administrativa.

O Ministério Público investigará a ilegalidade da compra de remédios sem eficácia contra a doença, como a hidroxicloroquina, com recursos específicos para o combate ao coronavírus, e a omissão frente a ofertas de venda de vacinas.

O inquérito também vai apurar a baixa execução orçamentária dos recursos destinados ao combate à pandemia.

A procuradora Luciana Loureiro, do MP-DF, pediu à Procuradoria-Geral da República que notifique os Comandos do Exército e da Aeronáutica para que informem quais órgãos foram mobilizados para a distribuição da cloroquina comprada pelo Ministério da Saúde.

Loureiro também perguntou ao Conselho Federal de Medicina sua posição em relação ao aplicativo TrateCov, do Ministério da Saúde, que indica aos médicos que recebem cloroquina para os infectados pelo coronavírus.

Além disso, Luciana Loureiro pediu uma posição oficial do Laboratório Merck, que produz a ivermectina, remédio que Bolsonaro jura que tem efeito contra a Covid-19, sobre o uso da substância no tratamento da doença. O Laboratório já emitiu uma nota afirmando que faltam bases científicas para dizer que o medicamento é eficaz nesse tratamento.

Retorno às aulas é necessário para impedir aumento das desigualdades

UBES, UPES E UMES-SP defendem volta às aulas presenciais após 10 meses de escolas fechadas

Desde o dia 8 de fevereiro, o estado de São Paulo realiza a reabertura das escolas para aulas presenciais dos alunos. A medida é apoiada pelas entidades estudantis secundaristas que denunciam o severo prejuízo causado aos jovens nos mais de 10 meses de escolas fechadas.

A União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) divulgaram nota em que apontam a “necessidade de um retorno às aulas presenciais com responsabilidade e segurança com a vida de todos os envolvidos no ambiente escolar”.

“Com o agravamento das desigualdades ficou ainda mais notável o déficit educacional que o nosso estado enfrenta. Com o ensino de forma remota sendo a nova realidade, milhares de estudantes acabaram ficando sem acesso às aulas, por ausência dos devidos instrumentos tecnológicos, ou pela falta de internet”, afirmam as entidades no documento.

UPES e UBES denunciam ainda o descaso do governo Bolsonaro com a Educação nos tempos da pandemia.

“O governo federal, assim como no combate a pandemia, nada fez para garantir o acesso à educação durante o ensino remoto, pelo contrário, o que recebemos foram mais ataques às escolas públicas e tentativas de acabar com o nosso financiamento em um momento tão delicado, onde é necessário investimento para que o retorno ao ensino presencial seja seguro para todos”, diz a nota.

As entidades estudantis estão acompanhando o retorno das aulas em São Paulo e apontam melhorias nas condições de infraestrutura. Para os estudantes, garantir os protocolos contra a Covid-19 é a única forma de retomar as aulas em segurança.

Na capital paulista, a União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP) vem realizando vistorias em escolas para acompanhar a execução dos protocolos de segurança contra o coronavírus. Na quarta-feira (17), o presidente da entidade, Lucas Chen, e o secretário de Educação do Estado de São Paulo, Rossieli Soares, visitaram a E.E. Elisa Raquel, na zona leste da cidade para averiguar as condições da escola.

“Nesta visita surpresa à E.E. Elisa Raquel ficamos muito satisfeitos com as condições de infraestrutura que vimos. No período em que a escola ficou fechada, ela passou por uma grande reforma. E outra escola. Os protocolos foram atendidos, há grande nível de organização que é garantido pela diretoria, professores e estudantes”, disse Chen, que complementou: “vamos fiscalizar para garantir que todos os protocolos de segurança que construímos, pautamos e lutamos para que fossem empregados sejam cumpridos”.

Segundo o presidente da UMES-SP, outra grande preocupação agora é como recuperar o tempo perdido ao mesmo tempo em que avançamos com o conteúdo no ano de 2021.

“Há um esforço dos estudantes e dos grêmios estudantis em garantir as condições de segurança. A maioria está cumprindo os protocolos, respeitando o distanciamento. A greve chamada pelos sindicatos de professores do estado de São Paulo não teve adesão da base e o que vemos são professores empolgados em retornar ao seu ambiente de trabalho”, considerou Lucas Chen.

“O principal para esse momento é uma integração entre estudantes, professores e as gestões estadual e municipal para garantir o retorno seguro e atender as necessidades causadas pela pandemia, principalmente a desigualdade financeira, com o aumento do desemprego e a fome que ronda muitas famílias pobres. A pandemia não passou, os problemas permanecem”, salientou o presidente da UMES-SP.

FECHAMENTO DAS ESCOLAS AGRAVOU A DESIGUALDADE

A pandemia e o fechamento das escolas agravaram as desigualdades sociais, elevando à evasão escolar, aumentando o trabalho infantil, causando desnutrição, por falta de merenda e milhões de estudantes em todo país. Sem acesso à internet, estudantes não tiveram aulas, o que causa impactos no aprendizado por anos.

O presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES) Hector Batista, apontou os prejuízos deixados após quase um ano sem aulas. “Hoje, de acordo com uma pesquisa do IBGE, cerca de 7,5 milhões de estudantes no país inteiro, não tiveram acesso às aulas remotas durante a pandemia. Tiveram seu direito à Educação negado e hoje se encontram num alto índice de evasão escolar. Evasão essa que coloca a rede estadual de ensino de São Paulo com 114 mil estudantes em recuperação, mas também, que faz com que uma criança que estava

aprendendo a escrever na 1ª série, chegue na 2ª série sem nem escrever o seu próprio nome”, ressaltou.

“De acordo com as pesquisas que saem atualmente, elas nos dizem que vamos demorar pelo menos 4 anos para vacinar toda população. Nós não podemos permitir que os estudantes tenham 4 anos de prejuízos, 4 anos sem a escola, porque se não o nosso futuro será perdido. Nós estamos falando nesse momento do futuro de uma geração inteira que está sendo prejudicado por uma pandemia, mas também com uma grande responsabilidade do governo federal, de Jair Bolsonaro que não apresenta nenhuma solução, nenhum plano para a retomada das aulas e ainda faz uma política anti-vacina, contra os tratamentos recomendados pelos especialistas e continua tratando a Covid-19 como se fosse uma ‘gripezinha’, sem se importar com a vida das milhares de pessoas que estão morrendo”, apontou o presidente da UPES que também defendeu que a vacinação dos profissionais da Educação seja prioritária.

“Manter o estudante fora da escola por tanto tempo tem várias problemáticas. Primeiro do ponto de vista educacional e da aprendizagem, mas também sobre a evasão escolar de milhares de estudantes que, durante a pandemia, perderam a perspectiva de conseguir enxergar a Educação como saída, porque, nesse período, o povo ficou cada vez mais desempregado, a fome voltou a ser uma realidade na vida de diversas famílias paulistas e brasileiras. Isso fez com que aquele jovem que estava dentro da sala de aula antes, precisasse sair para procurar emprego, muitas vezes menor de idade, burlando o sistema de aplicativos de entrega, por exemplo, ou encontrando no meio do seu caminho o tráfico, que a gente sabe atinge muito a população vulnerável, principalmente os jovens negros”, afirmou o presidente da UPES.

ESCOLA COMO REFERÊNCIA A POPULAÇÃO

Lucas Chen destaca que o grande desafio pedagógico no próximo período será compensar “um 2020 onde não houve aula”. As aulas na capital paulista foram retomadas no início de fevereiro.

“A maioria dos estudantes passou por grandes dificuldades para assistir às aulas virtuais. Muitos sequer conseguiram acessar as plataformas. As condições de aprendizagem ficaram muito defasadas e temos muitos estudantes se formando sem condições de realizar as operações básicas de Matemática, ou conhecimento do Português”, relembrou Lucas Chen.

Lucas Chen ainda apontou a necessidade de tornar a escola uma referência de atividade com segurança para as famílias com maior vulnerabilidade social. “Precisamos fazer com que as escolas sejam referência para essas famílias. O isolamento social está muito baixo na nossa cidade e, se os estudantes não estão na escola, estão em algum outro lugar. Precisamos proteger aqueles que estão expostos às situações de vulnerabilidade e à violência. O que tem se provado é que a escola é um ambiente seguro para proteger os estudantes”, afirmou.

O presidente da UMES-SP destacou a criação, pelo governo do Estado, do Comitê da Saúde para fiscalizar o cumprimento dos protocolos de segurança, uma medida necessária para o retorno das atividades. Segundo Chen, “realizaremos reuniões para discutir as questões de segurança e também vitória em escolas em que detectamos problema”, disse.

O presidente da UPES, Hector Batista, também visitou escolas e garantiu que os protocolos de segurança estão sendo cumpridos. “Passado todo esse período sem aulas, nós sentimos e estamos vendo na prática que muitas coisas mudaram. Na última sexta-feira, 19, nós fomos na Escola Estadual Antônio José Leite, na Zona Norte de São Paulo e o que nos encontramos foi uma escola muito bonita, uma escola onde há marcação dizendo onde os estudantes devem ou não devem sentar, mesas demarcadas para que todos fizessem o distanciamento social, distribuição de máscaras, álcool em gel disponível por todos os lados, aferição de temperatura na entrada e bebedouros acionados com o pé, para que as pessoas não precisem encostar e encham seus copos, também distribuídos pela escola. Houve também a alteração na distribuição de merenda, os estudantes não se servem para que todos não tenham contato com a mesma concha para servir os alimentos”, contou.

Chen ponderou que ainda existem muitos colégios com problemas. Mas afirmou que o secretário de Educação se mostrou receptivo para atender as demandas apresentadas. “Ainda temos escolas com muitos problemas, inclusive com suspeitas de casos. Nesses casos precisamos dedicar mais atenção”, disse o pre-



Estudantes defendem “retorno às aulas presenciais com responsabilidade”

Fiocruz ainda não assinou contrato de transferência de tecnologia para produção da vacina com AstraZeneca

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) confirmou no domingo (21) que o contrato com a farmacêutica multinacional AstraZeneca que detalha a transferência de tecnologia para a produção do ingrediente farmacêutico ativo (IFA) da vacina para o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) ainda não foi assinado.

Segundo a Fiocruz, a ausência de contrato não interfere no cronograma atual de entrega das vacinas, que já está atrasado. Até o momento, apenas os insumos para a produção de 2,8 milhões de doses do imunizante da AstraZeneca chegaram ao Brasil. Os insumos são produzidos a partir de IFA importado do laboratório WuXi Biologics, na China.

O primeiro contrato entre a Fiocruz e a AstraZeneca foi assinado em setembro de 2020, previa a compra do IFA, ingrediente farmacêutico ativo, a matéria-prima usada na fabricação de vacinas. O contrato de mais de R\$ 1 bilhão, que já foram pagos à multinacional, estabelecia ainda que seria assinado um segundo acordo, de transferência de tecnologia. Com isso, a Fiocruz passaria a produzir as vacinas do zero, sem depender mais do IFA importado.

O contrato com a AstraZeneca deveria ter sido assinado ainda em 2020,

mas não foi firmado até agora. A resposta da Fiocruz foi de que “o contrato de transferência de tecnologia visando internalização do processo de produção de IFA não está assinado e não temos no momento um cronograma detalhado das entregas.”

Maurício Zuma, que dirige a fábrica da Fiocruz, admite o atraso na assinatura do contrato com a AstraZeneca. “Não foi assinado porque é um contrato complexo. Todo o conhecimento que está sendo transferido, toda a documentação, todos os materiais, insumos, os procedimentos, protocolos, isso tudo precisa ser checado, discutido, avaliado”, justificou o diretor de Bio-Manguinhos/Fiocruz, Maurício Zuma.

Em nota, a AstraZeneca esclarece que a negociação para assinatura do contrato está em andamento e deve ser concluída em breve.

A fábrica de Bio-Manguinhos já existe e passa por adaptações. Deve ficar pronta em março, mas a produção das doses 100% nacionais só pode começar depois que o acordo de transferência de tecnologia for assinado. O diretor diz que isso não tem impacto no fornecimento de vacinas.

“Até esse momento, esse, vamos dizer, atraso, esse tempo que a gente está levando para discutir o contrato, não gerou nenhum atraso no cronograma que a gente está prevendo”, alegou Maurício

Zuma.

DISTRIBUIÇÃO

A demora na chegada de vacinas no Brasil causadas pela falta de prioridade do governo Bolsonaro com a compra de imunizantes já é motivo de alerta e fez com que muitas cidades já interrompam as campanhas de vacinação. Atualmente no Brasil, 9,8 milhões de vacinas distribuídas pelo Instituto Butantan, desenvolvida com o laboratório chinês Sinovac, e 2 milhões de doses da Covshield, produzida pelo Instituto Serum, da Índia, estão em distribuição para a população. As 2,8 milhões de doses produzidas a partir do IFA da AstraZeneca importado da China ainda não foram distribuídas pela Fiocruz.

A compra da Covshield para o governo brasileiro foi articulada pela AstraZeneca que não conseguiu entregar as doses que havia se comprometido até o início do ano.

Diante da escassez das vacinas da AstraZeneca, a Fiocruz já anunciou outra compra de dois milhões de doses do Instituto Serum que devem chegar a São Paulo na manhã de terça-feira (23) e serem encaminhadas à Bio-Manguinhos, no Rio de Janeiro. O total de doses, no entanto, ainda é muito baixo e seria suficiente para atender cerca de 0,5% da população.



Médico Rodrigo Damasceno atendendo a criança durante enchente no estado

Perpétua propõe auxílio emergencial a atingidos por enchentes no Acre

A deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB) falou sobre a gravidade do cenário enfrentado pela população do Acre devido à pandemia de Covid-19, aos casos de dengue hemorrágica, aos problemas humanitários relacionados à crise migratória na fronteira com o Peru e às inundações e desalojamentos resultantes das chuvas na região.

A parlamentar anunciou que apresentará um projeto de lei que destina um auxílio emergencial extraordinário aos afetados pelas enchentes no Acre. De acordo com a Defesa Civil, as chuvas já atingiram mais de 120 mil pessoas no estado. Milhares de pessoas estão desabrigadas.

Perpétua relatou que várias regiões estão ilhadas e só podem ser acessadas por avião, que muitas vezes não conseguem circular pelo mau tempo.

De acordo com ela, dos cerca de 800 mil habitantes do estado, em torno de 120 mil foram afetados pelas chuvas, muitos deles perderam tudo. “Em Tarauacá, uma das cidades que mais choveu no Brasil, cerca de 80% da cidade está alagada”, conta.

As chuvas e inundações dos rios deixaram a situação crítica em algumas cidades do estado. Na atualização desta segunda-feira (22), o Rio Acre está em 15,31 metros, ainda 1,31 metro acima da cota de transbordo, que é de 14 metros.

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) manteve o alerta laranja para perigo com relação ao acumulado de chuva. As regiões afetadas com as fortes chuvas, segundo o Inmet, devem ser a do Vale Do Acre, que engloba Sena Madureira, Rio Branco e Brasileira e Vale do Juruá, com Tarauacá e Cruzeiro do Sul.

EMERGÊNCIA

Ela enfatiza que o cenário atual “exige a união de toda a bancada de parlamentares do Acre na busca de soluções com o governo federal e exige pulso firme do governador e dos prefeitos. É preciso olhar para a nossa população. O que tenho visto, na maioria dos pontos onde as famílias estão alagadas, é uma situação de desamparo e abandono”.

“A situação no Acre é de completa emergência! Vivemos um aumento assustador de casos e mortes pela pandemia, temos poucas vacinas e ainda somos o segundo estado que menos imuniza no País”.

Perpétua acrescentou ainda que o estado vive “o avanço da dengue hemorrágica, uma crise humanitária na fronteira, inundações de rios e igarapés, que já desalojaram milhares de famílias em todo o estado, além da interdição de vários trechos de estradas isolando municípios... Agora, temos o risco de fechamento da BR 364, que pode resultar no isolamento do Acre com Rondônia e o resto do país”.

A deputada afirmou que fretou um avião bimotor para ir a 4 municípios. “Nosso mandato entregará 440 cestas básicas (a 100,00 cada uma) e mais 1.400 galões de água. As equipes trabalham a todo vapor

Embaixador da Rússia afirma que Brasil poderá produzir vacina e sugere o nome: “Sputnik VBR”

O embaixador da Rússia no Brasil, Sergey Akopov, manifestou satisfação com as perspectivas da produção da vacina russa contra o Covid-19, a Sputnik V, em solo brasileiro.

Akopov elogiou as instalações da farmacêutica brasileira União Química, parceira brasileira para a produção, e acredita que o Brasil não vai precisar importar insumos para a produção do inoculante russo.

“Na América Latina, foi escolhido o Brasil como o país que tem condições físicas e instalações industriais adequadas não somente para engarrar a vacina, mas produzir desde o começo até o final. Temos vários parceiros aqui no Brasil, vários governos estaduais declararam sua intenção de participar neste programa e foi encontrado um grande parceiro que é a empresa totalmente nacional, que é a União Química”, afirmou Akopov em entrevista à emissora BandNews na última segunda-feira (15).

O embaixador lembrou também da importância da cooperação entre todos os países para que a pandemia do novo coronavírus seja controlada o mais rápido possível.

“É absolutamente claro que se um país sozinho toma todas as medidas para imunizar a sua própria população, não vai poder vencer esse flagelo que é a Covid-19. Quanto mais ampla seja a vacinação no mundo é melhor porque só



Embaixador da Rússia no Brasil, Sergey Akopov

juntando os esforços de todos os países e todos os cientistas do mundo será possível vencer essa doença”, destacou Akopov.

O embaixador ressaltou que o Brasil tem toda a capacidade de produzir em massa a Sputnik V. Segundo ele, o Centro Nacional de Pesquisa de Epidemiologia e Microbiologia Gamaleya já repassou toda a tecnologia de produção para a União Química.

O laboratório brasileiro já confirmou que está desenvolvendo o insumo farmacêutico para a produção da Sputnik V em caráter experimental.

Akopov sugeriu ainda que o nome da vacina produzida em solo nacional deveria se chamar Sputnik VBR, “porque seria uma vacina totalmente brasileira, produzida aqui”.

A parceria do Instituto Gamaleya com o laboratório

Brasil registra média de mil mortos por Covid-19 há mais de trinta dias

O Brasil completou no domingo (21), 32 dias consecutivos com média de mortes em decorrência do coronavírus acima de mil, sendo o período mais longo desde o início da pandemia. Com 554 novas confirmações apenas nas últimas 24 horas, a média de óbitos nos últimos sete dias é de 1.038.

O levantamento foi realizado pelo consórcio de veículos de imprensa, baseado nos dados fornecidos pelas secretarias estaduais de saúde. Os números não indicam quando as mortes de fato ocorreram, mas, sim, quando passaram a contar dos balanços oficiais.

Até o presente momento, o período mais longo de média acima de mil mortes era de 31 dias entre 3 de julho e 2 de agosto de 2020. Neste ano, o país não só superou um marco do auge da primeira onda da pandemia, como registrou, em 14 de fevereiro, a pior média diária de mortes em toda a pandemia: 1.105.

No total, 10.167.300 pessoas já foram infectadas pelo novo coronavírus em todo o país, dos quais 29.035 foram contabilizados nas últimas 24 horas. A soma total de mortos em decorrência de complicações da doença é de 246.560.

Os dados do consórcio de veículos de imprensa são levemente superiores aos divulgados no final da tarde pelo Ministério da Saúde. Nas contas do governo federal, foram confirmados 527 novos óbitos nas últimas 24 horas, totalizando 246.504 mortes.

Ainda segundo a pasta, foram confirmados 29.026 casos no período, com o país chegando a 10.168.174 infectados desde o começo da pandemia, em março do ano passado. Desses, 9.095.483 pessoas se recuperaram da doença, com outras 826.187 em acompanhamento.

Vereadores apresentam projetos de lei que restabelecem passe gratuito para os idosos em SP

A suspensão da gratuidade no transporte público de São Paulo para idosos entre 60 e 64 anos, determinada em uma ação conjunta do governador do estado, João Doria (PSDB), e do prefeito da capital, Bruno Covas (PSDB), vem sofrendo forte pressão contrária entre os vereadores da capital, além de entidades como o Movimento Gratuidade 60+, que ganha cada vez mais adeptos ao Manifesto em Defesa do Passe Livre para Todos os Idosos e Aposentados.

Na edição de quinta-feira (19), o Diário Oficial do Município publicou três projetos de lei, apresentados por vereadores de diferentes partidos, propondo a restituição do benefício aos idosos.

Também na quinta-feira, lideranças de entidades de aposentados, sindicatos e movimentos sociais que lançaram o Manifesto no fim de janeiro estiveram na Câmara Municipal de São Paulo protocolando o documento e visitando o gabinete das lideranças de todos os partidos e do presidente da Câmara, vereador Milton Leite (Podemos).

Segundo Rozina Conceição de Jesus, membro da Comissão do Movimento Gratuidade 60+, “a luta continua firme e forte!” Ela informou que a visita à Câmara “foi muito bem recebida pelos parlamentares e assessorias”.

Entre os projetos apresentados pelos vereadores em prol da gratuidade, um deles foi apresentado conjuntamente pelos vereadores Alfreidinho (PT), Alessandro Guedes (PT), Antonio Donato (PT), Arselino Tatto (PT), Eduardo Matarazzo Suplicy (PT), Jair Tatto (PT), Juliana Cardoso (PT), Senival Moura (PT), Silvia da Bancada Feminista (PSOL), Elaine do Quilombo Periférico (PSOL), Erika Hilton (PSOL), Luana Alves (PSOL), Toninho Vespoli (PSOL) e Celso Giannazi (PSOL); outro pelo vereador Eliseu Gabriel (PSB) e um terceiro, pela vereadora Sandra Tadeu (DEM).

Todos os projetos trazem, como ponto em comum, artigo inicial que propõe dispensar ou isentar as pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos do pagamento de tarifa do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Para o vereador Eliseu Gabriel (PSB), “resta evidente que a isenção da tarifa de transporte público, sobretudo aos que tem no transporte coletivo seu único meio de locomoção, é medida que se impõe como dever do município de ressarcir aqueles que tantos anos contribuíram com seus impostos para custear a máquina pública e as melhorias do município”.

Eliseu Gabriel apresentou dois projetos. Um que restitui a isenção da gratuidade, como os demais projetos, e outro que revoga o inciso IV, do artigo 7º da Lei nº 17.542, de 22 de dezembro de 2020, para assim restabelecer a isenção de tarifa no transporte coletivo de ônibus aos idosos com idade igual ou superior a 60 anos.

Conforme o projeto apresentado pela vereadora Sandra Tadeu (DEM), a Constituição Federal e o Estatuto do Idoso protegem o direito dos idosos. “Nos termos da legislação idoso é a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”, afirma.

Caberá ao Poder Executivo, de acordo com os Projetos, regulamentar a medida “no prazo máximo de 90 dias, contados da data de sua publicação”.

Os projetos se alinham ao que afirmam entidades como o Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos/Força Sindical); Sindap (Sindicato dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da UGT); Sintap (Sindicato Nacional dos Aposentados/CUT); FAPESP (Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo); CMB (Confederação das Mulheres do Brasil); FACEESP (Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo); UNEGRO (União de Negras e Negros Pela Igualdade e UEESP (União Estadual dos Estudantes de São Paulo), que subscrevem o Manifesto em Defesa do Passe Livre para Todos os Idosos e Aposentados.

Segundo o manifesto, é “inaceitável” que a retirada desse benefício tenha sido implementada “em meio a uma grave crise econômica, social e sanitária, na qual são justamente os idosos a imensa maioria das vítimas fatais”.

Segundo elas, “tal medida atinge diretamente o direito dessa população à saúde e à vida”. E justamente nesse “momento de tantas dificuldades, em que a população precisa de mais apoio do poder público e de seus direitos garantidos e ampliados”.

Juíza impede Havan de burlar lei e abrir loja não essencial no PR

A Justiça do Paraná proibiu a Havan de abrir uma loja na cidade de Pato Branco (PR) em horário normal, como se fosse supermercado.

A juíza Vivian Hey Wescher afirmou que a loja não tem como finalidade a venda de gêneros alimentícios essenciais e que, ao que tudo indica, “a rede Havan passou a vender produtos como arroz e feijão em uma tentativa de reabrir como serviço essencial”.

“Basta uma simples consulta ao website da impetrante para constatar que as ofertas anunciadas não dizem respeito a gêneros alimentícios e sim a produtos diversos, como eletrodomésticos, brinquedos, decoração, utensílios domésticos, etc”, escreveu a magistrada.

Um decreto municipal proibiu o funcionamento do comércio geral até as 17h de segunda-feira (22) devido ao aumento dos casos

de pessoas diagnosticadas com o novo coronavírus na cidade. A rede do empresário Luciano Hang, o “véio da Havan”, entrou com pedido de liminar para que o estabelecimento pudesse ser enquadrado como serviço essencial e que o município não teria a atribuição de decidir sobre o funcionamento do comércio.

No pedido, a Havan alegou que não era atribuição municipal decidir sobre o funcionamento de estabelecimentos, argumento que foi rejeitado pela magistrada.

“Não cabe ao Poder Judiciário intervir no mérito das decisões emanadas pelo Poder Executivo. A atribuição para enquadrar uma atividade como essencial ou não, é da autoridade administrativa, de modo que o Poder Judiciário somente deve interferir quando houver manifesta ilegalidade”, diz Vivian na decisão

“3 mil demissões nos Correios são parte de plano para privatização”



Plano de Demissões atingiu 3 mil funcionários, segundo Federação



Entidade repudiou em nota a condução do ministro frente à pandemia

Confederação dos Municípios defende ‘urgente e necessária saída de Pazuello’

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) divulgou nota, nesta terça-feira (16), repudiando a condução do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, frente à pandemia e exige urgência em sua saída do comando da pasta.

A CNM afirmou que tem recebido denúncias de Prefeituras “que assistem e vivem desesperadamente a angústia e o sofrimento da população que corre aos postos de saúde na busca de vacinas contra a Covid-19”.

“A entidade tem acolhido relatos de prefeitas e prefeitos de várias partes do país, indicando a suspensão da vacinação dos grupos prioritários a partir desta semana, em consequência da interrupção da reposição das doses e da falta de previsão de novas remessas pelo Ministério”, diz a CNM.

A Confederação denuncia ainda que os prefeitos têm feito várias tentativas de diálogo com o Pazuello e sua equipe, mas que esses têm “reiteradamente ignorado os prefeitos do Brasil, com uma total inexistência de diálogo”.

“Seu comando não acreditou na vacinação como saída para a crise e não realizou o planejamento necessário para a aquisição de vacinas. Todas as iniciativas adotadas até aqui foram realizadas apenas como reação à pressão política e social, sem qualquer cronograma de distribuição para Estados e Municípios. Com uma pos-

tura passiva, a atual gestão não atende à expectativa da Federação brasileira, a qual deveria ter liderado, frustrando assim a população do País”, ressaltou a CNM.

“Por considerar que a vacinação é o único caminho para superar a crise sanitária e possibilitar a retomada do desenvolvimento econômico e social e por não acreditar que a atual gestão reúna as condições para conduzir este processo, o movimento municipalista entende necessária, urgente e inevitável a troca de comando da pasta para o bem dos brasileiros”, afirma a organização.

Em nota, a Federação Nacional dos Prefeitos (FNP) também exigiu respostas do ministro que tenham possibilidades de sanar os problemas ligados à escassez de vacinas pelo país. “Que o Brasil não soube lidar com a pandemia, não restam dúvidas, mas, prefeitos e prefeitos, que sempre solicitaram e incentivaram a organização nacional, agora exigem respostas”, diz a FNP em nota divulgada também nesta terça-feira (16).

Para a FNP, não restam dúvidas de que a falta de ação do governo federal na coordenação do enfrentamento à Covid-19, e também na condução do Plano Nacional de Imunizações, está diretamente ligada à escassez e à falta de doses de vacinas em cidades de todo o país.

“É urgente que o país tenha um cronograma de prazos e metas estipulados

para a vacinação de cada grupo: por faixa etária, doentes crônicos, categorias de profissionais etc. Disso depende, inclusive, a retomada da economia, a geração de emprego e renda da população”, defende a FNP.

A FNP afirma também que o ministro sequer tem cumprido o acordo de se reunir com os prefeitos das 130 médias e grandes cidades do país como solicitou a Frente no dia 14 de janeiro, em reunião com o Pazuello, para o acompanhamento das imunizações no país. De acordo com a entidade, ficou acordado que a cada 10 dias o ministro se reuniria com a comissão de prefeitos. Desde então, passados mais de 30 dias, nenhum agendamento foi feito.

Enquanto isso, o governo Bolsonaro tem se ocupado com a liberação das armas de fogo para a população e fechado os olhos para as cerca de 240 mil mortes provocadas pela pandemia do novo coronavírus.

“Por isso, a FNP reitera que não é momento para discutir e avançar com a pauta de costumes ou regimento sobre aquisição de armas e munições. Isso é um desrespeito com a história dos mais de 239 mil mortos e uma grave desconsideração com a população. Prefeitos e prefeitos reafirmam que a prioridade do país precisa ser, de forma inequívoca, a vacinação em massa”, enfatiza o documento.

Secretários da Fazenda cobram mais recursos do Ministério da Saúde para o combate à pandemia

Secretários estaduais de Fazenda de 26 estados e do Distrito Federal cobram do Ministério da Saúde a liberação de mais recursos para enfrentar a segunda onda da pandemia da Covid-19.

Em carta enviada ao ministro Eduardo Pazuello, o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do DF (Comsefaz) afirma que “durante a primeira onda foi possível mobilizar estruturas existentes para atender a demanda da pandemia. A partir da segunda onda, essa estratégia não é viável, posto que condições preexistentes voltaram a crescer e coexistem com uma quádrupla carga de doenças: Covid-19, causas externas, doenças crônicas degenerativas e outras doenças infecciosas e metabólicas/nutricionais conhecidas”.

Para os secretários de Fazenda, a redução pelo Governo

Federal do custeio de leitos aflixe os estados. “Leitos não são uma estrutura que se mobiliza e desmobiliza em semanas. As ampliações envolvem contratos de médio prazo, programação de suprimentos, revisão de perfis de unidades hospitalares. Toda a mobilização não é viável às expensas exclusivas de recursos próprios, mediante a expectativa de faturamento do leito”, afirma a carta.

Segundo o documento, é necessário investimento “na rede de frio, testagem e transporte, assim como mobilização de recursos humanos e materiais para garantir adequada estruturação dos hospitais”.

Os secretários afirmam que os estados “não são prestadores de serviços do SUS, são gestores do Sistema [Único de Saúde], assim sendo, necessitam de programação financeira e autonomia para decidir seus

investimentos e contratos”.

A indefinição e falta de propostas claras do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, em relação à falta de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) durante reunião na quarta-feira (17) com governadores, provocou protestos dos chefes do executivo.

Diante da fala de Pazuello, de que poderia adotar um modelo pós-pago, com o Ministério pagando apenas por leitos utilizados, os governadores argumentaram que o custo fixo dos leitos não é unicamente pelo uso dele, mas que envolve enfermeiros, técnicos e médicos que são pagos pela jornada de trabalho.

O tema também foi levantado pelos secretários de Fazenda, que pedem que o Governo Federal “mantenha o mecanismo já consolidado no SUS de habilitação e custeio fixo dos leitos de UTI-Covid”.

Federação dos Trabalhadores nos Correios denunciou desmonte do quadro da estatal

A Federação Intersindical dos Sindicatos dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Findect) denunciou em nota, nesta terça-feira (16), que o Plano de Desligamento Incentivado (PDI), implementado pela direção dos Correios, é parte de um conjunto de ações que visa a entrega do serviço de postagem às mãos do setor privado.

O PDI teve adesão de cerca de 3 mil trabalhadores ecetistas. Com isso, de acordo com a Findect, o quadro de pessoal ficará ainda menor, a sobrecarga muito maior e a qualidade do serviço mais prejudicada.

“A direção da ECT não realiza concurso desde 2011. Nesse período não repôs as vagas de quem se aposentou e fez vários PDIs”, diz a nota.

“O quadro de pessoal está defasado há mais de 10 anos. E cada vez piora a falta de funcionários e a sobrecarga. Só entram alguns poucos terceirizados, o que precisa ser combatido porque não ajuda, já é uma forma de privatizar e precariza ainda mais a mão de obra da categoria”, continua a Findect.

Para a Federação, esse movimento “tem o óbvio objetivo de enxugar os custos operacionais com o aumento da produtividade, que deve ser entendida como mais trabalho por pessoa, ou seja, sobrecarga. Também de piorar o serviço prestado à população, derrubar a credibilidade dos Correios e ceder espaço no mercado postal

às empresas privadas”.

A Findect afirma que respeita a decisão dos trabalhadores que aderiram, mas lembra como o processo de desligamento incentivado foi baseado em chantagens e assédios para alcançar o maior número possível de adesões.

“Sabemos que é difícil resistir aos ataques e chantagens que a direção da ECT vem fazendo, ao excesso de serviço, à pressão e outros abusos das chefias. Mas é preciso deixar claro o que significa esse PDI e o que os companheiros que aderiram vão encontrar no mercado de trabalho”.

A entidade defende que esses trabalhadores vão precisar ter projetos claros e consistentes de recolocação no mercado de trabalho, uma vez que a atual conjuntura é marcada por um grave cenário de desemprego em massa que atinge mais de 14% dos brasileiros, uma das taxas mais altas da história, sem perspectivas de melhoria sob o governo Bolsonaro.

“O ideal é que todos ficassem na empresa e se juntassem aos Sindicatos na luta contra a privatização. Seria uma forma de resistir ao desmonte, à destruição da ECT e do emprego e direitos do ecetista, à liquidação e à venda desse patrimônio do povo e do país”, diz a Findect.

“Privatização é perda para o trabalhador, para a população e para o país. A Findect e os Sindicatos filiados chamam todos os ecetistas a se engajarem cada vez mais nessa luta”, complementa a nota.



Acordo suspende demissões e mantém negociações na Ford

Os trabalhadores da Ford das unidades de Camaçari (BA) e Taubaté (SP) aprovaram acordos parciais com a direção da multinacional que garante a suspensão temporária das demissões e a continuidade das negociações com a direção mundial da empresa na tentativa de reverter o fechamento da Ford no país.

Foram dois acordos distintos: na unidade de Taubaté, os trabalhadores aprovaram em assembleia, na quinta-feira (18), aceitar a negociação acordada em audiência de conciliação no TRT (Tribunal Regional do Trabalho) entre o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região (Sindmetau) e a Ford, que prevê uma reunião entre a diretoria executiva americana da Ford e o sindicato, na tentativa de que a empresa reveja a saída do Brasil, além da suspensão das demissões dos 830 trabalhadores até 5 de março e a retomada das atividades até o dia 22 de fevereiro, além de reuniões para discutir alternativas para os funcionários.

A reunião entre o sindicato e a direção internacional da montadora, que tem o poder de decisão de reverter a saída da empresa do Brasil, deve ocorrer até o próximo dia 25.

Em Camaçari, o acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias

Metalúrgica, Siderúrgica, Mecânica, de Automóveis, Autopeças de Camaçari e a montadora também foi mediado pelo Tribunal Regional do Trabalho da Bahia, em audiência virtual na quinta-feira (18).

Na unidade de Camaçari, os trabalhadores terão garantia de salário nos próximos 90 dias, independente de serem convocados ou não para o trabalho.

Também ficou acordado que o abono das faltas injustificadas dos trabalhadores convocados desde o dia 28 de janeiro até a presente data será remetida à mesa de negociação direta, com a Ford assumindo o compromisso de não descontar tais faltas pelos próximos 90 dias.

Para o presidente do Sindmetau, Cláudio Batista (Claudião), “se dependesse da Ford tudo já estaria definido, mas a luta, a solidariedade de cada um tem sido essencial para enfrentarmos essa difícil situação. Seguimos unidos e mobilizados”, afirmou.

“Vencemos algumas batalhas, mas nossa mobilização em defesa dos empregos segue com muita unidade. A oportunidade de defendermos nossa proposta de reversão do fechamento da Ford no país diretamente com a diretoria executiva da Ford fortalece nossa luta”, ressaltou Cláudio.

China passa EUA e já é maior parceiro comercial da Europa



Navio é carregado com produtos chineses destinados à Europa no porto de Qingdao

Juízes haitianos defendem a Constituição e condenam usurpação do poder pelo presidente

A partir desta segunda-feira (15), os juízes do Haiti estão em greve por tempo indeterminado para que o presidente Jovenel Moïse respeite as regras da democracia e a Constituição.

Moïse dissolveu o Parlamento e há mais de um ano governa por decreto e agora tenta impor sua reeleição, burlando as normas constitucionais do país que a proíbe. Para isso reprime os protestos com extrema violência e prende críticos e opositores.

Frete a tamanho atropelo, a Associação Nacional de Magistrados Haitianos, a Associação Profissional de Magistrados, a Associação de Juizes de Paz Haitianos e a Rede Nacional de Magistrados Haitianos decidiram somar forças, rechaçam a manipulação feita pelo tal "Executivo" e declaram à paralisação até que se "respeite a Constituição, as leis da República e as convenções internacionais que consagram o princípio de separação de poderes e a independência do poder judiciário evitar o colapso total dos avanços democráticos".

Os juízes também exigem a imediata reincorporação do escrivão Christophe Espérance, despedido ilegalmente unicamente pelo fato de ter comparecido a uma audiência de Habeas Corpus em favor do juiz Yvickel Dabrézil.

No mesmo sentido, as quatro associações de magistrados denunciaram a detenção ilegal do juiz Yvickel Dabrézil, a remoção de três juizes do Tribunal de Cassação e a indicação de outros três, em mais uma flagrante violação à Constituição. Acusado pelo ditador de "conspiração contra a segurança interna do Estado", Dabrézil foi recentemente detido de forma totalmente arbitrária.

Conforme esclarece a oposição, que reúne sindicalistas, estudantes, bispos e as mais amplas forças, é que desde 2018, quando veio à tona o escândalo de corrupção da Petrocaribe, se avoluma a onda de protestos que varre o país em repúdio aos constantes apagões, racionamento de energia e água, além da galopante carestia.

AGRESSÃO

Novamente a imprensa foi alvo de uma série de ataques por parte da Polícia, que disparou contra fotografos que documentavam bombeiros que apagavam as chamas de um veículo. Como os policiais queriam incriminar manifes-

tantes e não havia um único opositorista por perto para ser responsabilizado – apenas membros da instituição militar –, atiraram nos repórteres. Não queriam ser responsabilizados pelo crime.

Próximo ao hotel Kearsibe, os disparos só cessaram e houve recuo policial quando foi constatada a presença de membros da imprensa mundial.

Apesar da forte repressão, milhares de manifestantes conseguiram chegar até o escritório da Organização das Nações Unidas (ONU), onde entregaram um documento para que a comunidade internacional retire seu reconhecimento ao governo ilegítimo.

Ao longo de todo o percurso houve confrontação e foram entoadas palavras de ordem "contra a ditadura".

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Brasileiros que saíram de Wuhan agora afirmam que ficar lá teria sido bem mais seguro

"Todos falam que, se soubéssemos como estaria hoje, não teríamos voltado para cá", relatou a modelo catarinense Adrielly Eger, que se viu inicialmente trancada em um hotel próximo ao aeroporto para depois ver sua carreira paralisada em nível internacional.

"Quando falaram que iam repatriar a gente, não tinha como não vir, precisava estar com minha família de novo depois de tudo que passamos", explicou Adrielly. Na avaliação da modelo, o rigor das medidas de controle adotadas pelos chineses foi o que possibilitou que o país derrotasse a pandemia.

Adrielly é uma dos 34 brasileiros "resgatados" em fevereiro de 2020 de Wuhan, na China e, assim como os demais que saíram de lá naquele momento tenso, hoje acreditam que a realidade imposta com a eloquência dos números da Covid-19 demonstra que teria sido muito mais segura a sua permanência no país asiático.

Naquele instante em que os 34 mil casos e 718 mortes orientais confirmadas pela universidade estadunidense Johns Hopkins – enquanto nós não tínhamos um único sequer –, nenhum deles acreditava que se estava diante de um quadro a ser rapidamente revertido. Enquanto que a adversidade da pandemia se voltaria contra nós, hoje no topo da epidemia fúnebre, atrás somente dos Estados Unidos, que beira os seus 28 milhões de contágios e meio milhão de mortos.

Felizmente, de acordo com a Johns Hopkins, não há mais registros de casos ativos de coronavírus na província de Hubei, cuja capital é Wuhan. Com mais de 1,4 bilhão de pessoas, a China acumula pouco mais de 100 mil casos com 4.828 mortes, enquanto com 212 milhões o Brasil tem cerca de 9,9 milhões de contágios com mais de 240 mil óbitos.

Para o professor mineiro Vitor Campos, "os chineses tiveram coerência. Quando precisou, fecharam tudo, foram radicais". "No Brasil não havia conversa entre estados, municípios, governo. O presidente queria abrir, o resto queria fechar. Por isso a crise está se estendendo tanto", condenou.

Essas diferenças de organização no combate à pandemia, ressaltou o treinador de futebol Marcelo Vasconcelos, de Santo André, faz com que tenha certeza de ter tomado a decisão acertada ao não embarcar há um ano naquele avião da FAB. Vivendo na China há quatro anos, Vasconcelos entende que a seriedade e o rigor do governo chinês na aplicação de testes, medidas restritivas e multas a quem desrespeitasse o isolamento, somado à mobilização e ao envolvimento da população, fez do país um modelo no enfrentamento ao vírus.

"Os chineses se uniram, respeitaram as regras, esse foi o grande diferencial. Desde maio aqui está tudo normal. Tem áreas que pode até ficar sem máscara, mas em ambientes de aglomeração é obrigatório. Há um controle alto, mas de forma educada, e todo mundo respeita. No Brasil, quando as mortes ficam abaixo de 1.000 se comemora", protestou o treinador.

Também morador de Wuhan, o brasileiro José Renato Peneluppi Junior havia saído da China horas antes do lockdown, em 23 de janeiro, para passar férias no Camboja. Renato disse estar feliz por ter conseguido retornar ao país oriental, onde mora desde 2010. "Não tinha como saber que, logo depois, a OMS declararia pandemia e que a China, depois de alguns meses, seria o melhor do mundo para estar", comemorou.

África do Sul quer produzir vacina contra a Covid-19 em cooperação com BRICS e Cuba

A África do Sul anunciou na terça-feira (16) a intenção de produzir a sua própria vacina contra a Covid-19, em cooperação com os parceiros dos BRICS, do qual faz parte, e com Cuba. "O governo ouviu o 'toque de clarim' feito pelos sul-africanos para acelerar a nossa capacidade para desenvolver e produzir as nossas próprias ferramentas covid-19, incluindo vacinas", afirmou o ministro da Saúde, Zweli Mkhize, no parlamento, na Cidade do Cabo.

"E por esta razão que estamos em conversações com os nossos parceiros do BRICS [Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul] e com o governo de Cuba para colaborar na partilha de tecnologia que nos tornará independentes e autossuficientes no futuro em que haverá mais ameaças de saúde pública", assinalou.

Mkhize, do Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês), o partido no poder na África do Sul desde 1994, após o fim do apartheid, adiantou que as autoridades sul-africanas estiveram "em discussões com Cuba para envolvê-los no desenvolvimento da sua vacina candidata". País do continente africano mais afetado pela pandemia, a África do Sul registrou 1.492.909 casos de infecção pelo corona vírus e 48.094 mortos.

"DECEPCIONANTE"

No debate no parlamento, Mkhize também se referiu à "decepcionante" descoberta de que a vacina AstraZeneca tem eficácia muito limitada diante da variante detectada na África do Sul. "No entanto, estamos determinados a não

atrasar o nosso objetivo de vacinar em fevereiro", salientou.

Ele explicou que a África do Sul assegurou a aquisição de nove milhões de vacinas da farmacêutica norte-americana Johnson & Johnson, cujo primeiro lote de 80.000 doses será entregue esta semana.

Nas próximas quatro semanas, o país deverá receber outras 500.000 doses da mesma vacina. Até o final de março, estarão chegando 20 milhões de doses da vacina da Pfizer/BioNTech.

Segundo o ministro, 380 mil profissionais da saúde já se registraram para a vacinação. São 20 centros de vacinação em todas as nove províncias do país, com a previsão de imunizar 80.000 profissionais de saúde nas próximas duas semanas. O governo pretende vacinar 67% da população até ao final do ano. Desde março, mais de 8,7 milhões de testes de Covid-19 foram realizados.

Na quarta-feira, a ministra das Relações Internacionais e Cooperação, Naledi Pandor, anunciou que a África do Sul assegurou pelo menos 50 milhões de vacinas para três meses de vacinação, entre abril e junho, no continente africano.

"Na qualidade de presidente da União Africana, o Presidente [Cyril] Ramaphosa relatou, em 13 de janeiro de 2021, numa reunião especial da Assembleia da UA, que garantiu 270 milhões de doses provisórias de vacinas para os países africanos, com pelo menos 50 milhões disponíveis para o período crucial de abril a junho de 2021", referiu a ministra sul-africana.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Bolívia devolve ao FMI empréstimo "irregular e oneroso" tomado no governo de imposição

O Banco Central da Bolívia (BCB) devolveu esta semana ao Fundo Monetário Internacional (FMI) um empréstimo contraído irregularmente junto ao organismo pelo governo de imposição de Jeanine Áñez, que após a tomada de poder de assalto, em novembro de 2019, foi até o organismo gestor um crédito contrário aos interesses nacionais.

A direção do BCB informou que, "como agente financeiro do governo, em defesa da soberania econômica do país, e logo após realizar as gestões administrativas diante do credor, efetuou o pagamento total de US\$ 351,5 milhões".

"Além de ser irregular e oneroso pelas condições financeiras, o crédito gerou custos econômicos adicionais e milionários ao Estado Boliviano, que em fevereiro de 2021 somam US\$ 24,3 milhões, dos quais US\$ 19,6 milhões pela variação cambial e US\$ 4,7 milhões por juros e comissões", frisou a instituição.

Foi necessário estancar o processo, alertou o BCB, pois o empréstimo condicionaria uma série de imposições fiscais, financeiras, cambiais e monetárias, "violando assim a soberania e os interesses econômicos do país".

A entidade bancária – que é vinculada ao Executivo – também anunciou que re-



Crédito traria imposições contra a soberania do país

alizará ações civis e penais contra funcionários governamentais que tenham responsabilidade na gestão do apoio do FMI.

Com a chamada "assistência financeira" solicitada ao organismo internacional, Áñez tentava passar a imagem de um país de joelhos, carente, que passava por necessidades na balança de pagamentos derivada da Covid-19, que precisava de recursos para enfrentar os gastos médicos e medidas de ajuda supostamente para o bem-estar da sua população.

Isso tudo depois do ex-presidente Evo Morales e o Movimento Ao Socialismo (MAS) – que mantiveram o país distante do FMI ao longo do seu governo (2006-2019) –, terem decidido romper com as

políticas do Fundo, a quem os governos voltados ao interesse nacional sempre acusaram de impor um receituário avesso aos interesses nacionais.

Após aprovar o crédito, submeteu ao parlamento a lei para sua aprovação, mas foi barrada pela maioria do MAS. Entre as inúmeras razões do rechaço à medida, os congressistas demonstraram que não havia sido reunido o conjunto dos documentos necessários, nem as condições de financiamento e nem as garantias.

Diante do dano econômico ocasionado aos cofres públicos, o presidente do Senado, Andrés Rodríguez, informou que a Assembleia Legislativa Plurinacional avalia processar as autoridades do antigo regime.

Ao final de 2020, a União Europeia e a China anunciaram acordo de investimento (CAI), que o jornal chinês Global Times chamou de "presente de Ano Novo para o mundo"

A China reforçou em 2020 os laços comerciais com a União Europeia (UE) e tirou dos Estados Unidos o posto de principal parceiro de comércio do bloco. Conforme a Eurostat, a agência de estatísticas europeia, o comércio bilateral UE-China alcançou 586 bilhões de euros no período, comparados com transações UE-EUA 555 bilhões de euros.

As importações pelo bloco de produtos vindos da China aumentaram 5,6% no ano passado, totalizando 383,5 bilhões de euros. As exportações de produtos europeus para o gigante asiático subiram 2,2%, para 202,5 bilhões de euros, no período.

Já os negócios com os Estados Unidos durante o último ano de governo de Donald Trump encolheram, com as importações de produtos americanos diminuindo 13,2%, para 202 bilhões de euros, enquanto as exportações de bens europeus para o país recuaram 8,2%, para 353 bilhões de euros.

A União Europeia já era o maior parceiro comercial da China desde 2004, mas esta é a primeira vez que o inverso também é verdadeiro. No entanto, a UE tem superávit no comércio com os EUA e déficit com a China.

Antes que o ano de 2020 se encerrasse, a União Europeia e a China anunciaram um acordo bilateral de investimento (CAI), que o jornal chinês Global Times chamou de "presente de Ano Novo para o mundo".

"O mundo pós-Covid de amanhã necessita de uma forte relação UE-China, para construir melhor em frente", afirmou a presidente da Comissão Europeia (o órgão executivo da UE), Ursula von der Leyen.

Presentes à cerimônia virtual, o presidente chinês Xi Jinping, a primeira-ministra alemã, Angela Merkel, o presidente francês Emmanuel Macron, além de von der Leyen e do presidente do Conselho Europeu, Charles Michel.

Japão e Coreia suspendem voos com os seus aviões Boeing 777 cuja turbina se estacelou no ar

Japão e Coreia suspendem voos com Boeing 777 – cuja turbina desmanchou em pleno voo

O governo do Japão e as duas principais empresas aéreas da Coreia do Sul anunciaram na segunda-feira (22) a suspensão de todos os voos com Boeings 777, após a agência federal de aviação dos EUA (FAA) ordenar "inspeções de emergência", depois que uma aeronave similar da United Airlines teve de retornar no sábado ao aeroporto de partida em Denver, devido à explosão no ar de uma turbina, deixando um rastro de destroços por quilômetros.

Até mesmo a Boeing, que já sonhava com dias melhores pós-escândalo do modelo 737 Max, orientou às empresas aéreas no mundo inteiro que aterrem aviões desse modelo equipados com motores Pratt & Whitney PW4000, até que as investigações sejam concluídas. São 128 os Boeing 777 equipados com o mesmo modelo de motor que explodiu no sábado em pleno voo, e que terão que permanecer em terra, afirmou um porta-voz.

A decisão da agência de aviação civil japonesa afeta 13 aeronaves operadas pela Japan Airlines e mais 19 da All Nippon Airways, que deverão permanecer em terra até nova ordem, segundo porta-voz do Ministério dos Transportes do país.

Por sua vez, as empresas sul-coreanas atingidas são a Korean Air, a Asiana e a transportadora de baixo custo Jin Air, que operavam no momento 17 aeronaves.

O avião da United decolou de Denver, no estado do Colorado, com destino a Honolulu, no Havaí, sofreu uma falha, seguida de incêndio no motor. Mesmo com apenas uma turbina, o piloto retornou imediatamente para o aeroporto da cidade, relatarem autoridades locais.

Em um vídeo filmado de dentro do avião, no qual via-

O novo acordo europeu-chinês estava em discussão há sete anos e já passara por 35 rodadas de negociação. O acordo foi saudado pelo presidente Xi por seu papel na recuperação econômica mundial pós-pandemia e na afirmação da cooperação econômica.

Em termos gerais, o acordo CAI enfatiza a intenção da UE e da China de continuarem aprofundando suas relações econômicas, ao garantir a cada parte mais acesso para investimentos na economia do outro. Isso em um momento em que os EUA apostaram em tentar criar um cordão de isolamento em relação à China, particularmente na alta tecnologia.

O jornal francês Le Monde reivindicou para Merkel boa parte do mérito pelo fechamento do acordo, apesar da "janela" para sua assinatura ser "muito pequena", já que a Alemanha encerrou sua presidência rotativa da UE em 31 de dezembro.

"Pela primeira vez, foi ela [Merkel] quem empurrou seus parceiros europeus, para que o acordo fosse concluído a tempo". Coincidentemente, nesse mesmo mês a Alemanha driblou a pressão de Trump para que fosse vetado o 5G da Huawei.

Na Europa, o principal parceiro comercial da China é a Alemanha, o que explica o empenho de Merkel.

De acordo com o Le Monde, essas transações, que representam cerca de um terço do volume total negociado entre a China e a União Europeia, são realizadas em indústrias vitais para o "made in Germany": maquinário, automotivo, engenharia elétrica e química, cujas empresas se tornaram extremamente dependentes do mercado chinês.

Do ponto de vista chinês, o acordo também fortaleceu a nova política de "dupla circulação", que tem como centro o mercado interno, sem deixar de lado o multilateralismo, as relações mutuamente vantajosas com os parceiros internacionais e a nova Rota da Seda.

javam 231 passageiros e dez tripulantes, o motor direito é visto em chamas, na asa do Boeing 777-200, enquanto a aeronave sobrevoava uma paisagem árida. Não houve feridos no avião ou no solo, segundo as autoridades.

As redes sociais exibiram flagrantes do incidente, com peças caindo nos subúrbios de Denver, o que foi descrito como "chuva de peças de metal".

Para assombrar ainda mais a Boeing, no mesmo dia em que o voo de Denver deu enrosco, outro Boeing, desta vez outro modelo, um 747-400 de carga da Longtail Aviation, equipado com o mesmo motor, o PW4000, sofreu uma falha no motor a bordo logo após decolar do aeroporto de Maastricht, um aeroporto regional da Holanda, no sábado, com destino a Nova York.

Uma porta-voz do aeroporto, Hella Hendriks, disse que "testemunhas ouviram uma ou duas explosões logo após a decolagem e o piloto foi informado pelo controle de tráfego aéreo que um motor estava pegando fogo." Nas redes sociais apareceram fotos perturbadoras de destroços de motores que se espalharam pelas ruas de Meerssen.

"As fotos indicam que eram partes da lâmina do motor, mas isso está sendo investigado", disse Hendriks. "Vários carros foram danificados e pedaços atingiram várias casas. Pedaços foram encontrados em todo o bairro residencial em telhados, jardins e ruas." De acordo com o Guardian, uma mulher foi ferida pelos destroços que caíram.

O Aviation Herald diz que a aeronave foi desviada para Liege (Bélgica), despejou combustível e cerca de uma hora da partida conseguiu fazer um pouso seguro.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Chile tem agora o maior percentual de vacinados na América Latina: 15,2%

O índice de imunização atual do Chile é de 15,2%, na segunda-feira (22) enquanto que o do Brasil ainda está em 2,83%.

A vacinação no país andino começou no final de dezembro com doses aplicadas em trabalhadores de unidades de pacientes críticos. A imunização em massa dos profissionais de saúde, trabalhadores de serviços essenciais, maiores de 65 anos e pessoas com comorbidades começou no último dia 3 de fevereiro.

O ministro da Saúde do Chile, Enrique Paris, disse no sábado (13) em coletiva de imprensa que a partir de segunda-feira, 15 de fevereiro, os trabalhadores da educação escolar e pré-escolar serão incluídos no calendário de vacinas contra o COVID-19, fase que terá início com idosos de 60 anos de idade.

O ministro esclareceu que isso reafirma a importância do retorno às aulas presenciais para meninos e meninas e anunciou que, com o decorrer da semana, o calendário escolar será organizado e definido.

A meta do plano é chegar a cinco milhões de pessoas imunizadas até março e alcançar 80% da população durante este primeiro semestre.

Enrique Paris declarou ao jornal espanhol El País que o sistema de saúde chileno tem experiência extensa com campanhas de vacinação em grande escala, existindo desde 1978 um plano nacional de imunização “muito robusto”.

“No Chile, ninguém é vacinado sem registrar seu nome, seu documento de identidade e a vacina que recebeu. Assim, conseguimos realizar estatísticas precisas”, afirmou.

A pesar do governo do presidente Sebastián Piñera ser fortemente contestado pela população pela sua política de arrocho e desnacionalização de setores-chaves da economia, além do país ter amargado recordes de casos e mortes pela Covid-19, a rede de saúde se manteve diversificada em todo o território nacional com mais de 2.500 estabelecimentos e mais de 60.000 trabalhadores de saúde, além de uma oferta descentralizada e autônoma que reside no fato de que o sistema de atenção básica atende 87% dos municípios, mesmo com suas deficiências.

Outro fator importante desses números é a vacina da Sinovac. Em conjunto com a Universidade Pontifícia Católica do Chile, a fabricante chinesa realizou no país um estudo sobre o imunizante, e em contrapartida, o Chile obteve acesso preferencial a sua Coronavac. Estão combinados 60 milhões de doses num prazo de três anos.

Para o período imediato, já têm comprometidas mais de 35 milhões de vacinas, sendo 10 milhões da americana Pfizer-BioNTech, outras 10 milhões da chinesa Sinovac e o restante da plataforma AstraZeneca, Johnson & Johnson e Covax, promovidas pela Organização Mundial da Saúde para garantir o acesso universal à vacina.

A meta declarada do país é vacinar até o fim de junho 15 milhões, ou 80% da população. Caso o Chile consiga manter o ritmo atual, trata-se de uma meta realista, e o país poderá se tornar um dos primeiros a alcançar a imunidade de rebanho contra o vírus Sars-Cov-2.

Uma perspectiva almejada pela população, pois, com quase 780 mil contagiados e mais de 19 mil mortos, a república andina tem sido duramente atingida pela pandemia.

Guatemala: manifestantes exigem saída do presidente por má gestão da pandemia

Milhares de camponeses e indígenas se concentraram na Praça da Constituição, em frente ao Congresso Nacional, na cidade da Guatemala, para exigir a imediata renúncia do presidente Alejandro Giammattei pela má condução da pandemia.

Convocados pelo Comitê de Desenvolvimento Camponês (Codeca), eles marcharam desde as primeiras horas de quinta-feira para dizer basta aos desmandos de Giammattei e reivindicar dos parlamentares uma iniciativa de lei para estatizar os bens privatizados.

“A pior pandemia para o nosso país é a corrupção e o roubo da oligarquia, deste modelo de Estado”, denunciou a líder indígena Thelma Cabrera, à frente de uma multidão que, com suas wiphalas, faixas e cartazes, reivindicaram ver inscrita na Constituição o direito à plurinacionalidade.

Neftaly López, dirigente do Codeca, assegurou que “o governo de Giammattei não é legítimo e não responde às demandas da população e que, portanto, está despedido”.

Para a deputada Vicenta Jerónimo, do partido opositor Movimento para a Libertação dos Povos (MLP), braço político da Codeca, “este

é um governo que não tem a mínima capacidade de responder às necessidades do povo e por isso é que se exige a sua renúncia”.

Além das críticas à corrupção governamental e à fracassada gestão da pandemia, os manifestantes protestaram contra a criminalização e morte dos líderes dos movimentos sociais, exigindo que se investigue e castigue os responsáveis por estes e outros crimes, como os ocorridos recentemente crianças e mulheres. Enfrentar os altos níveis de violência, recuperar os bens e serviços privatizados e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte devem ser prioridades da agenda, enfatizou a Codeca. Para garantir a plenitude da democracia, a entidade também reivindica do Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) o fortalecimento do sistema informático, para evitar irregularidades como as ocorridas no último pleito.

No final de novembro de 2020, após dois dias de protesto, com dezenas de presos e feridos, o Congresso da Guatemala suspendeu os cortes nos recursos da saúde, educação e de combate à desnutrição que o governo havia anunciado.

Leia mais no site do HP

Saúde pública precária acelera a queda da expectativa de vida nos EUA



Mary Bassett: “desde os anos 1980 o índice de expectativa de vida nos EUA começou a ficar atrás de outros países desenvolvidos. A Covid apenas exacerbou a piora”

ONU denuncia concentração de 75% das vacinas em mãos de 10 países ricos

O secretário-geral da ONU, António Guterres, denunciou durante rara reunião do Conselho de Segurança voltada à Saúde, “um progresso extremamente desigual e injusto em matéria de vacinação”. “Apenas 10 países administraram 75% de todas as vacinas contra a Covid-19. Enquanto isso, mais de 130 países não receberam uma única dose”, sublinhou.

Guterres também pediu um “esforço mundial coordenado” para a vacinação contra a Covid-19 e advertiu que as desigualdades constatadas na fase inicial do processo colocam todo o planeta em risco.

“O mundo precisa urgentemente de um plano mundial de vacinação que reúna todos aqueles que têm o poder, a perícia científica e as capacidades de produção e financeiras necessárias”, frisou Guterres, chamando o G-20 a cumprir esse papel.

O secretário-geral da ONU alertou, ainda, que se o vírus se espalhar “como um incêndio descontrolado nos países do sul, irá sofrer repetidas mutações, com novas variantes mais transmissíveis, mais mortíferas, que irão ameaçar potencialmente a eficácia das vacinas”.

Cenário que poderá, como enfatizou Guterres, “prolongar de forma considerável a pandemia” e permitir que o vírus “volte a devastar o norte”.

A videoconferência foi organizada por iniciativa da Grã Bretanha, que exerce no mês de fevereiro a presidência rotativa do CS. Entre os quatorze membros perma-

nentes e não-permanentes do CS, estão os maiores produtores mundiais de vacinas: China, Rússia, Estados Unidos, Grã Bretanha e Índia. A pandemia já infectou 109 milhões de pessoas e matou mais de 2,4 milhões no mundo inteiro.

O ministro das Relações Externas da China, Wang Yi, pediu que haja uma “distribuição justa e razoável das vacinas” e que os países mais necessitados ou envolvidos em conflitos não sejam deixados para trás.

O chefe da diplomacia chinesa também ressaltou que as vacinas devem ser um “produto público acessível em todos os países” e que para a China é “imperativo” fazer o possível para pesquisar, desenvolver e distribuir vacinas em todo o mundo.

Wang repudiou as cínicas alegações de círculos ocidentais sobre a ajuda da China aos povos irmãos sofrendo sob a pandemia. “A China nunca teve objetivos geopolíticos na venda das suas vacinas. Nunca fez cálculos para se beneficiar economicamente e não estabeleceu condições políticas”, destacou.

O representante chinês condenou a “lacuna na distribuição”. As vacinas estão a ir rapidamente para os países de rendimento alto, mas não para os países em desenvolvimento. Isto só vai exacerbar mais as desigualdades”, advertiu.

“As vacinas têm sido desenvolvidas e produzidas em velocidade recorde, mas há problemas que precisam ser resolvidos”, acrescentou.

Maior partido japonês, o PLD, autoriza mulheres nas reuniões da cúpula, desde que fiquem caladas

pectiva feminina às reuniões”, onde só homens participam.

Como registrou a Reuters, Nikai disse estar ciente das críticas em razão da falta de mulheres nos principais cargos do maior partido do país, e assinalou a importância de que membros do partido do sexo feminino “vissem” como se dá o processo de tomada de decisão.

“É importante que entendam na totalidade o tipo de discussões que estão acontecendo. Ver o que se passa, é disso que se trata”, disse candidamente.

No máximo, essas cinco privilegiadas integrantes do PLD poderão, caso achem necessário, comunicar posteriormente seus pensamentos à secretária.

Mori não aguentou a repercussão negativa de suas ponderações discriminatórias, e renunciou. Além de atribuir às mulheres o hábito de “falar demais” e esticar as reuniões, Mori aconselhou a

Wang citou que a China forneceu assistência a 53 países em desenvolvimento que a solicitaram e exportou vacinas para 22 países. Também vem ajudando a aumentar a capacidade de produção global”.

Pequim entregou ainda 10 milhões de doses das suas vacinas ao mecanismo Covax, promovido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para “evitar que mais pessoas morram pelo coronavírus”, acrescentou o ministro.

Henrietta Fore, chefe da agência da ONU para proteção da infância, UNICEF, destacou que a “única maneira” de sair desta pandemia para qualquer um de nós “é garantir que as vacinas estejam disponíveis para todos nós”.

O chanceler mexicano, Marcelo Ebrard, denunciou que os países ricos “monopolizam as vacinas”, o que classificou de enorme injustiça que gera “uma lacuna cada vez maior”.

Sob a pressão dos gigantes do cartel farmacêutico multinacional, não avançou a concepção, defendida pela China e pela Rússia, assim como pela maioria dos países do mundo, de que a vacina fosse um bem comum da humanidade e acessível a todos.

Ações entabuladas pela Índia e África do Sul pela quebra emergencial das patentes não conseguiram ir adiante devido a tais pressões, para as quais também concorrem governos de países ricos.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Essa tendência já estava presente muito antes de 2020 e está relacionada com a falta de acesso pleno ao sistema de saúde. A média de vida caiu de 78,8 anos em 2019, para 77,8 anos em 2020, a maior queda em 78 anos

A expectativa de vida nos Estados Unidos caiu em um ano no primeiro semestre de 2020 – a maior queda desde a 2ª Guerra Mundial – e retrocedeu ao patamar de 2006, de acordo com estimativas divulgadas pelos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) na quinta-feira. Foi a maior queda desde a Segunda Guerra Mundial, quando a expectativa de vida caiu 2,9 anos entre 1942 e 1943, registrou Elizabeth Arias, uma das autoras do relatório.

“O declínio na expectativa de vida no primeiro semestre de 2020 é uma aberração das mudanças na expectativa de vida de ano para ano durante as últimas duas décadas”, acrescentou a pesquisadora.

Essa tendência, exacerbada durante a pandemia, já vinha se pronunciando muito antes e está relacionada com a falta de acesso pleno ao sistema de saúde. Mary T. Bassett, ex-comissária de saúde da cidade de Nova York e professora de Saúde e Direitos Humanos na Universidade Harvard, disse que, a menos que o país resolva melhor a desigualdade, “podemos ver a expectativa de vida nos Estados Unidos estagnar ou declinar por algum tempo”.

Segundo Bassett, o índice nos Estados Unidos começou a ficar atrás dos de outros países desenvolvidos a partir da década de 1980, uma divergência que intrigou os pesquisadores.

Uma teoria para isso é que as crescentes disparidades econômicas também afetaram a saúde dos americanos. As condições de vida que levaram a piores taxas da Covid-19, como moradias superlotadas e proteção antiviral inadequada para trabalhadores de baixa renda, só vão agravar essa decorrência, explica a professora.

As estatísticas demonstram que negros e pessoas de origem hispânica estão contraindo o vírus em proporções muito mais elevadas que outros norte-americanos, uma vez que a pandemia tem exacerbado as desigualdades já anteriormente inerentes ao sistema de saúde norte-americano, com poucos recursos investidos em saúde pública.

“Elas reafirmam questões há muito colocadas em torno das disparidades atingindo populações vulneráveis”, afirmou a administradora

do Medicare, Seema Verma, acrescentando que “raça e etnia estão longe de serem os únicos fatores nesta história”.

Em outras palavras, além da confirmação pela análise do Medicare de que os negros e latinos arcam com o maior peso em termos da devastação da pandemia, há mais detalhes a acrescentar. “O grupo coberto pelo Medicare – ou seja o norte-americanos mais pobres, particularmente os mais idosos, os acima de 65 anos – são considerados os mais vulneráveis ao coronavírus”.

Embora as estimativas sejam provisórias e não reflitam todos os efeitos da pandemia Covid-19, o CDC disse que estava publicando dados provisórios pela primeira vez para avaliar o efeito do excesso de mortes em 2020. O excesso de mortes é a diferença entre o número de mortes esperadas e o número real.

Segundo o CDC, as disparidades raciais e étnicas nas taxas de mortalidade pioraram durante o período, disse o CDC. As estimativas representam o número médio de anos que um bebê viverá com base nas taxas de mortalidade do período especificado, entre janeiro a junho, neste caso.

A média de vida dos norte-americanos caiu de 78,8 anos em 2019, para 77,8 anos em 2020. Entre a população negra, a expectativa de vida caiu 2,7 anos, para 72 anos, o maior declínio de qualquer grupo. Na população de norte-americanos de origem hispânica, o recuo foi de 1,9 anos.

Números que por si só falam do impacto da desigualdade social e por cor de pele e etnia sobre a expectativa de vida nos EUA. Na população branca, esse parâmetro caiu menos de um ano, para 78 anos.

A vantagem na expectativa de vida dos brancos em comparação com a dos negros aumentou 46%, de 4,1 anos para seis anos – revertendo uma tendência de queda na lacuna entre os dois grupos observada desde 1993.

Já a diferença na expectativa de vida entre a população hispânica e a branca diminuiu 37%, de três anos para 1,9 ano, de acordo com a pesquisa.

Especialistas acreditam que o impacto da Covid-19 sobre a expectativa de vida nos EUA pode ser ainda mais pronunciado à medida que os dados do segundo semestre de 2020 forem computados.

Rússia registra a CoviVac, sua 3ª vacina contra Covid

O Ministério da Saúde da Rússia registrou a terceira vacina contra a Covid-19, a CoviVac, desenvolvida pelo Centro Federal de Pesquisas e Desenvolvimento de Tratamentos Imunobiológicos M.P. Chumakov, informou o primeiro-ministro, Mikhail Mishustin, no sábado (20).

A elaboração de novas vacinas é um dos vetores na batalha travada pela Rússia, pela superação da pandemia. A CoviVac é mais uma mostra da disposição de utilização de todo o acúmulo científico do país e da capacidade de produção de seus diferentes laboratórios para conseguir imunizar toda a população o mais rápido possível.

As primeiras 120 mil de doses da CoviVac entrarão em circulação nacional em meados de março. Segundo o diretor do Centro Chumakov e membros correspondente da Academia de Ciências da Rússia, Aidar Ishmukhametov, a CoviVac também terá eficácia contra mutações do vírus, uma vez que se utilizou o vírus completo e não fragmentos do genoma.

Os testes clínicos começaram no início de outubro passado e por enquanto não foram observadas reações adversas. Em breve terminará a segunda fase, depois se planeja realizar testes com 3.000 voluntários.

A vacina CoviVac é um

imunizante que foi desenvolvido à base do coronavírus inteiro inativado, ou “morto”. Com a inoculação, o organismo humano reconhece a composição antigênica do vírus, a memoriza e no futuro deverá estar preparado para enfrentar todas suas manifestações.

Neste momento, na Rússia já é possível receber a vacina Sputnik V desenvolvida pelo Centro Nacional de Epidemiologia e Microbiologia Gamaleya em conjunto com o Fundo Russo de Investimentos Diretos. Este tratamento consiste na primeira vacina contra a Covid-19 registrada do mundo.

A Sputnik V foi aprovada em agosto e a vacinação em massa foi lançada em dezembro, após resultados de testes mostrarem que a vacina tinha 91,4% de eficácia.

Desde então, mais de 3.900.000 de russos foram vacinados com pelo menos a primeira dose da Sputnik V, e 1.700.000 já com a segunda, afirmou o ministro da Saúde, Mikhail Murashko.

Por outro lado, o prefeito de Moscou, Sergei Sobianin, informou que em um hospital da capital russa serão realizadas três etapas da investigação do uso do Sputnik V para adolescentes de 14 a 18 anos.

Mais em horadopovo.com.br

Duas ou três coisas sobre a Lava Jato, Lula e o infame Bolsonaro

Polarizar com Lula nas eleições tornou-se o “sonho de consumo” de Bolsonaro, e, portanto, também dos que se agarram a Bolsonaro, com seus interesses rasteiros

CARLOS LOPES

O plano de Bolsonaro de – na impossibilidade de um golpe de Estado, devido ao repúdio do país à ditadura – se reeleger através da polarização com o PT (e, especialmente, com Lula), nem mesmo é um segredo de polichinelo.

Fala-se disso, abertamente, nos meios políticos e nos jornais, sem qualquer desmentido, seja de Bolsonaro, seja de algum membro de sua quadrilha. “Lula na cabeça da chapa” de oposição, diz Merval Pereira em “O Globo”, é “o sonho de consumo de Bolsonaro” – e não há sequer uma discordância sobre isso, nem mesmo no PT.

Naturalmente, não haveria importância nos planos ou nos sucedâneos mentais de Bolsonaro e seu círculo, se a situação e os personagens fossem semelhantes àqueles do final da ditadura, quando, após a campanha das Diretas-Já, Ulysses Guimarães, reconhecendo que seu nome não era o melhor para unir a frente contra o regime autoritário, aceitou (e lançou) Tancredo Neves como candidato a presidente da República.

Porém, agora – e, aliás, naquela época, também – há pouca confiança de que Lula tenha a capacidade de abrir mão de uma candidatura (sua ou de um indicado) em prol do principal interesse do país, que é livrar-se de Bolsonaro.

Aliás, o próprio Lula não considera importante – muito pelo contrário – a formação e consolidação de uma ampla frente contra Bolsonaro, seu desgoverno assassino e seu obscurantismo troglodita.

É nessa brecha que o bolsonarista vê, nas palavras do articulista que citamos, seu “sonho de consumo”: usar a rejeição a Lula e ao PT para continuar no poder, isto é, para continuar desgraçando o Brasil.

Para isso, vale qualquer coisa, inclusive usar um ministro do Supremo – o recém-nomeado Kassio Nunes Marques – como preposto bolsonarista para beneficiar Lula, até usar outro preposto bolsonarista – o procurador-geral Augusto Aras – para acabar com a Operação Lava Jato.

Além das declarações do líder do governo sobre a prisão após condenação em segunda instância: o fascismo, como sempre, costuma arrastar em sua cauda uma catadupa de oportunistas, cujo interesse é mesquinamente material.

Como essas questões parecem, a alguns, confusas ou controversas, teremos de abordá-las com mais detalhes, ainda que com o máximo de brevidade possível.

LAVA JATO

Não foi por ilegalidades ou erros da Operação Lava Jato – supostos ou verdadeiros – que o governo Bolsonaro resolveu acabar com ela.

Seria cômico acreditar em bolsonaristas, ou aliados dos bolsonaristas, preocupados com leis ou formalismos jurídicos...

Como se isso não bastasse, o procurador-geral Augusto Aras também acabou com a Operação Greenfield, que revelou a corrupção nos fundos de pensão, sem que houvesse, contra esta outra Operação, nenhuma acusação de ilegalidade ou mesmo de conduta inadequada dos procuradores ou dos juizes. Na Greenfield não havia nenhum Deltan Dallagnol. E seu principal

resultado – a devolução de **R\$ 11 bilhões** pela JBS aos cofres públicos – é uma ilustração suficiente de seu sucesso no combate à corrupção.

Mesmo assim, Aras acabou com a Greenfield.

Voltemos, então, à Lava Jato. Esta Operação, somente em Curitiba, foi responsável por 278 condenações de 174 réus, até a dissolução da força-tarefa, no final de janeiro, pelo procurador-geral de Bolsonaro.

Foram recuperados aos cofres públicos – inclusive os da Petrobrás, mas também os da União – **R\$ 4 bilhões e 300 milhões**, roubados através de propinas, sobrepreços, superfaturamentos.

Além disso, através de acordos, estabeleceu-se a devolução de mais **R\$ 14 bilhões e 700 milhões**.

As provas colhidas permitiram, também, a identificação de outros crimes. Por exemplo, a sonegação de **R\$ 22 bilhões** ao fisco, recursos que foram recuperados pela Receita Federal.

Ao todo, as penas somaram 2.611 anos de cadeia.

Entretanto, de 533 acusados, somente 174 foram condenados – vários, é verdade, por mais de uma acusação.

Para um balanço da parte da Lava Jato que corre no Supremo Tribunal Federal (STF), devido ao “foro privilegiado” de alguns acusados, remetemos o leitor aos recentes relatórios do ministro Edson Fachin, publicados no último dia 8 (v. **Íntegra e Atualização**).

Achamos que esses números são suficientes para mostrar o que valem os desembuchos biliosos do sr. Gilmar Mendes contra a Lava Jato.

Disse Mendes que “o que se instalou em Curitiba era um grupo de esquadrão da morte”.

Essa preocupação de Mendes com a prisão de corruptos – ou com a devolução de dinheiro roubado dos cofres públicos – é significativa, porque é, nele, sistemática: parece um tropismo. A ponto de comparar a prisão deles com a morte e aqueles que os colocaram na prisão com um “esquadrão da morte”. Aliás, Mendes acaba de soltar o Crivella, aquele do “QG da propina”...

Então, o que propõe ele?

Que se anulem todos os processos da Lava Jato?

Que as condenações de Cabral, Cunha e outros heróis sejam anuladas?

Mas, então, o que fazer com o dinheiro que já foi devolvido – e que é a maior prova de que a corrupção, em escala industrial, existia?

Ou o sr. Mendes propõe que o dinheiro seja mais uma vez devolvido – desta vez, aos que o roubaram?

QUADRILHAS

Deixemos, entretanto, as exonerações raivosas – e algo ridículas – do sr. Gilmar Mendes e voltemos aos motivos de Bolsonaro.

É óbvio por que Bolsonaro voltou-se contra a Lava Jato: para garantir a impunidade da corrupção de sua família e de seus aliados. Aliás, ele acaba de pedir acesso às mensagens roubadas, pelos (mal) chamados “hackers de Araraquara”, dos procuradores – e do então juiz Sérgio Moro –, que a defesa de Lula pretende usar para anular o processo do triplex de Guarujá.

Disse Bolsonaro: “Para que não haja dúvida,



mandei pedir aquela matéria hackeada que está na mão do PT, na mão do Lula. Tem meu nome lá. Alguma coisa já passaram para mim. Vocês vão cair para trás. Chegando, eu vou divulgar. O Lula não vai divulgar. Já falou que não vai. Eu vou divulgar.

“Eu já tenho alguma coisa, que tem chegado para mim, agora vou conseguir... Espero que o Supremo me dê. Deus para Lula”.

O objetivo de Bolsonaro é usar essas mensagens para anular o processo contra seu filho, Flávio Bolsonaro – e, por consequência, contra o seu operador, Fabrício Queiroz.

Segundo seu profundo raciocínio, se Lula pode ter seu processo anulado pelo uso dessas mensagens, por que o seu filho zero-um não pode?

Assim, a ação de Aras, que em setembro passado determinou a dissolução, até o final de janeiro, da força-tarefa da Lava Jato, e também da Greenfield, é inteiramente no sentido de transformar o Ministério Público em um apêndice da família Bolsonaro, para acobitar seus interesses corruptos (v. HP 10/09/2020, **Em armação com Bolsonaro, Aras anuncia para janeiro o fim da Lava Jato**).

MORO

Uma das maiores e mais escandalosas exposições da falta de caráter de Bolsonaro consiste, exatamente, em se apresentar, na campanha eleitoral, como paladino da Lava Jato – inclusive da prisão após a condenação em segunda instância –, e agora como inimigo acérrimo do combate à corrupção, em tudo aquilo que seja verdadeiro, concreto e bem sucedido.

O maior problema de Sérgio Moro não esteve nas conversas com o procurador Dallagnol – mas em acreditar que Bolsonaro, notório representante das milícias, corrupto do “baixo-cleuro” parlamentar, pudesse fazer algo no tocante à corrupção. Com isso, Moro enfraqueceu a própria causa que defendia.

É verdade que Moro acabou por perceber quem era Bolsonaro – mas sua aceitação de um Ministério e sua retirada como juiz responsável pela Lava Jato em Curitiba, fizeram um estrago difícil de ser reparado (v. HP 01/11/2018, **Bolsonaro quer usar Moro para dar respeitabilidade de fachada a um governo sem nenhuma**).

Quanto às conversas de Moro com Dallagnol, vários juristas – inclusive a juíza Denise Frossard – lembraram o princípio jurídico “não há nulidade sem dano” (*pas de nullité sans grief*).

Para anular o processo do triplex de Guarujá, não basta demonstrar que as conversas entre Moro e Dallagnol foram inadequadas. É preciso demons-

trar que essas conversas ocasionaram danos ao réu – ou seja, que as provas foram forjadas em função dessas conversas ou que estas mostram que as provas foram forjadas.

Isto é, exatamente, o que não está demonstrado. As conversas reveladas pelos “hackers de Araraquara” não alteram, em nada, o caráter das provas, nem mostram que elas foram forjadas (v. HP 19/07/2017, **“O triplex não é meu” ou as provas que Lula garante que não existem**; e HP 22/01/2018, **Uma pequena compilação das provas contra Lula (só no caso do triplex)**).

Esta é a razão pela qual o procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU), escreveu, no último dia 7:

“O circo para anular os processos da Lava Jato está sendo montado e os palhaços somos nós, cidadãos brasileiros. Não há nada nas conversas de Moro e Deltan que revele qualquer parcialidade de Moro nos processos. As provas estão lá, o TRF confirmou a condenação. Querem virar a mesa.”

Para ser mais específico, as intervenções de Moro, nas conversas reveladas, são no sentido de impedir que Dallagnol, personalidade algo delirante, faça algo que leve à anulação dos processos.

De maneira geral, são conversas inadequadas, inconvenientes, sobretudo pela possível – como se viu – interpretação delas; mas são menos inadequadas e inconvenientes do que a maioria das declarações públicas do sr. Gilmar Mendes, que, como diz a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), se comporta “como se estivesse acima da legislação”, em especial da Constituição e da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman):

“Como se estivesse acima da legislação, Gilmar Mendes, mais uma vez, manifesta opinião sobre processo pendente de julgamento, o que é expressamente vedado pela Loman. Ironicamente, o mesmo ministro acusa membros do Ministério Público Federal (MPF) de agirem à margem da lei, sob a denominação de ‘esquadrão da morte’. (...) Como integrante da mais alta Corte do país, o Ministro Gilmar Mendes deveria se portar em respeito às normas, à Constituição e visando preservar a imagem do Supremo Tribunal Federal, buscando o fortalecimento e não o enfraquecimento das instituições, essas sim, essenciais ao país”.

Mas é natural que pessoas de boa fé, mais ainda quando simpatizam com Lula, reivindiquem um “julgamento justo” para este, como se já

fosse provado que o anterior foi injusto ou parcial.

Embora, é significativo que ninguém – nem o próprio Lula – proponha a anulação pura e simples dos processos (Lula está condenado em dois: o do triplex, em três instâncias, e o do sítio de Atibaia, em duas instâncias), sem necessidade de outros julgamentos.

Todos sentem, portanto, que existe algo a ser julgado.

Se é assim em relação a Lula, pior ainda em relação a outros condenados.

O STF terá que se manifestar sobre o julgamento de Lula nas próximas semanas. O difícil, se houver outro julgamento, será evitar as provas que serviram de base à sua condenação em mais de uma instância da Justiça.

Entretanto, se é natural que pessoas de boa fé, diante das conversas reveladas pelos “hackers de Araraquara” – e de sua manipulação por uma patota muito interessada – reivindiquem um novo julgamento para Lula, não é natural, por exemplo, que o sr. Gilmar Mendes haja da mesma forma, ou seja, como uma pessoa de boa fé.

Pois, nenhum juiz foi tão terrível para Lula, quanto o sr. Mendes. Foi este quem impediu que o ex-presidente assumisse a Casa Civil de Dilma Rousseff. Com isso, o impeachment da última tornou-se inevitável, pois sua única chance era que Lula fizesse um acordo com tendências presentes no Congresso, em especial, na Câmara dos Deputados.

Além disso, a sentença de Mendes privou Lula do “foro privilegiado”, com as consequências que se viram – e se arrastam até hoje.

Então, é esse indivíduo que agora se apresenta como campeão da causa de Lula por um novo julgamento?

Que milagre aconteceu?

Evidentemente, o interesse de Mendes – demonstrado centenas de sentenças – é acabar com o combate à alta corrupção, com o combate à corrupção daqueles que jamais eram presos, até que começou a Operação Lava Jato. Também é por seus méritos, não por seus defeitos, que Mendes se atira tão ferozmente contra a Lava Jato.

Se isso coincide com o interesse de Bolsonaro – não somente o interesse de acabar com o combate à corrupção, mas com o interesse de polarizar com Lula –, para Mendes é uma questão de somenos.

Afinal, ele já serviu a Bolsonaro, no episódio da nomeação de Kassio Nunes Marques para o STF. Tanto Mendes quanto Toffoli não tiveram o menor escrúpulo em agir para



Bolsonaro, durante encontro com adeptos, convocado pela Secretária-Geral da Presidência, 12/02/2021 (foto: Anderson Riedel/PR)

viabilizar a indicação de Bolsonaro para o tribunal mais importante do país.

LÍDER DE BOLSONARO

Por fim, uma breve demonstração de onde chega o afã bolsonarista de polarizar com Lula nas eleições, para – pelo menos na cabeça de Bolsonaro e asseclas – continuar no governo depois de 2022.

O líder de Bolsonaro na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), no último dia 2, em uma entrevista na CBN, disse o seguinte:

“Nunca teve prisão em segunda instância no Brasil. Só teve para prender o Lula e tirá-lo da eleição casuisticamente, em uma interpretação de 6 a 5 no Supremo Tribunal Federal. (...) A segunda instância foi um casuismo que a Lava Jato construiu para tirar o Lula da eleição.”

Não achamos que o deputado Barros seja um imbecil. Por isso, acreditamos que ele saiba que nada do que disse é verdade.

Em primeiro lugar, até a Constituição de 1988, nem mesmo existia qualquer discussão sobre a prisão após a condenação por segunda instância da Justiça, uma vez que nenhuma Constituição brasileira, até então, havia dito que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (Art. 5º, inciso LVII da Constituição de 1988).

Em segundo lugar, depois de 1988, durante mais de 20 anos, desde a promulgação da Constituição (5 de outubro de 1988) até a decisão do STF de 5 de fevereiro de 2009, o cumprimento da pena – a prisão – sempre foi após a condenação em segunda instância (v. HP 21/03/2018, **Por que a prisão após a segunda condenação é legal, justa e necessária**).

Esta jurisprudência, interrompida em 2009, foi restabelecida pelo STF em 17 de fevereiro de 2016, após relatório do saudoso ministro Teori Zavascki.

Somente para frisar: a prisão após condenação em segunda instância foi restabelecida em 2016, quando Lula não era candidato a nada – e Dilma era, ainda, presidenta da República, eleita para um mandato que só deveria terminar em 2018.

A Operação Lava Jato nada teve a ver com o estabelecimento da prisão após a condenação em segunda instância.

Assim como nada teve a ver com a suspensão posterior, pelo STF, da prisão em segunda instância, em novembro de 2019.

Em suma: não foi para prejudicar Lula que a prisão após condenação em segunda instância foi estabelecida.

Então, por que o líder de Bolsonaro diz alguma coisa que não é – e ele sabe que não é – verdade?

Pela razão com que iniciamos este artigo: polarizar com Lula nas eleições tornou-se o “sonho de consumo” de Bolsonaro, e, portanto, também dos que se agarram a Bolsonaro, com seus interesses rasteiros.